

ENTRE

CULTURAS

**Identidade e
Transformação Social**

v.1

2023

Jader Silveira (Org.)

123456...



ENTRE

CULTURAS

**Identidade e
Transformação Social**

v.1

2023

Jader Silveira (Org.)

123456...



**Editora
UNIESMERO**

2023 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587e Silveira, Jader Luís da
Entre Culturas: Identidade e Transformação Social - Volume 1 /
Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora
Uniesmero, 2023. 85 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5492-010-0
DOI: 10.5281/zenodo.8051530

1. Cultura. 2. Transformação Social. 3. Arte. I. Silveira, Jader Luís
da. II. Título.

CDD: 306
CDU: 301

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniesmero.com.br/2023/06/entre-culturas-identidade-e.html>



AUTORES

**ABRAÃO CARNEIRO DO CARMO RODRIGUES
ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA FILHO
JULIANA AMARAL DOS SANTOS
LEONARDO AUGUSTO DE JESUS
ROSANA MARIA DOS SANTOS
ROSEMARY LAPA DE OLIVEIRA
TARCÍSIO DE SÁ CARDOSO**

APRESENTAÇÃO

A obra "Entre Culturas: Identidade e Transformação Social" mergulha na intersecção fascinante entre a diversidade cultural e as complexidades da transformação social. Nesta era de globalização acelerada, é essencial compreendermos as dinâmicas culturais que moldam e são moldadas por nossas identidades individuais e coletivas.

A humanidade sempre foi marcada por um mosaico de culturas distintas, cada uma com suas tradições, valores e narrativas únicas. No entanto, à medida que os avanços tecnológicos e as conexões globais se intensificam, os encontros culturais tornam-se cada vez mais frequentes e significativos. Às vezes, esses encontros geram um caldeirão de conflitos, mas, em outros momentos, dão origem a uma rica fusão de ideias, perspectivas e inovações.

Neste livro são abordadas questões fundamentais, como identidade, pertencimento, diálogo intercultural, migração, assimilação, multiculturalismo, preservação cultural e hibridismo cultural. Os capítulos são embasados em evidências, análises teóricas e reflexões críticas que abrem novas fronteiras para o campo dos estudos culturais.

"Entre Culturas: Identidade e Transformação Social" não apenas oferece uma compreensão das interações culturais contemporâneas, mas também estimula o leitor a refletir sobre seu próprio papel nesse complexo tecido intercultural.

Este livro é um convite para explorar as fronteiras entre culturas, desafiar nossas suposições e expandir nossos horizontes intelectuais. Será uma leitura enriquecedora tanto para acadêmicos e estudiosos, quanto para qualquer pessoa interessada em compreender as forças poderosas que moldam a sociedade contemporânea. Que esta obra inspire diálogos, inspire mudanças positivas e nos encoraje a construir pontes entre culturas, para um futuro mais promissor.

Boa leitura!

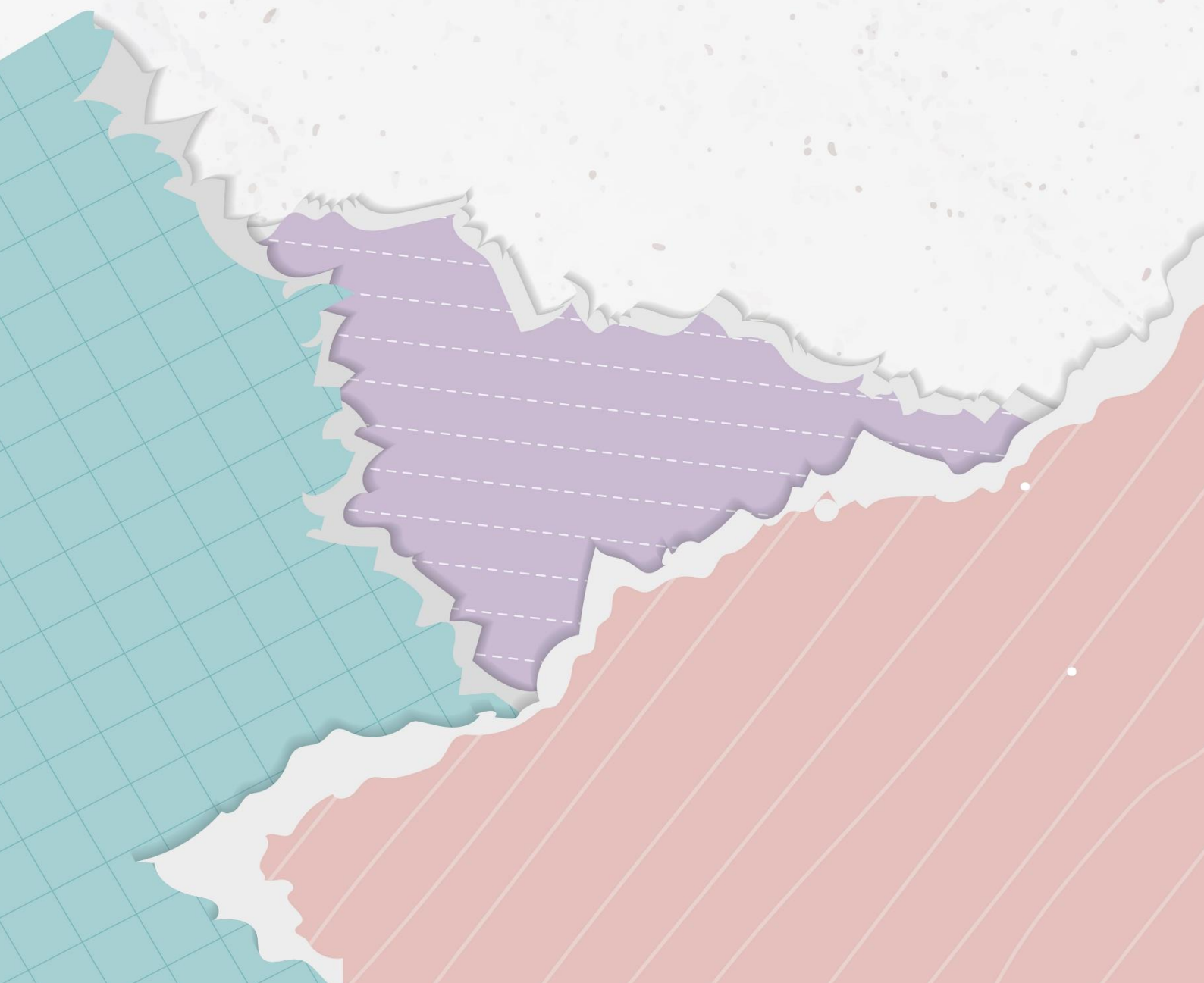
SUMÁRIO

Capítulo 1 A CRISE DA GESTÃO PÚBLICA DE CULTURA À LUZ DAS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: ANÁLISE, INGERÊNCIAS E ALTERNATIVAS <i>Juliana Amaral dos Santos</i>	8
Capítulo 2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DEMOCRATIZAÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DO RECIFE NA DÉCADA DE 1960 <i>Rosana Maria dos Santos</i>	23
Capítulo 3 BRANCA DE NEVE NA SANTA-LUZ DO SISAL: APROPRIAÇÃO E RECRIAÇÃO NA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS <i>Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues; Rosemary Lapa de Oliveira</i>	39
Capítulo 4 LUSITANIDADE CARNAVALIZADA – O “HERÓI” PORTUGUÊS NO IMAGINÁRIO DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO <i>Leonardo Augusto de Jesus</i>	55
Capítulo 5 VIESES COGNITIVOS E MÉTODOS DE ESTABELECEER CRENÇAS NA ERA DA PÓS VERDADE <i>Alessandro Ferreira da Silva Filho; Tarcísio de Sá Cardoso</i>	68
AUTORES	83

Capítulo 1

A CRISE DA GESTÃO PÚBLICA DE CULTURA À LUZ DAS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: ANÁLISE, INGERÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Juliana Amaral dos Santos



A CRISE DA GESTÃO PÚBLICA DE CULTURA À LUZ DAS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: ANÁLISE, INGERÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Juliana Amaral dos Santos

Administradora Cultural e Coordenadora de Dança da Fundação Nacional de Artes. Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em Gestão Pública de Cultura pela Universidade de Brasília. Graduada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense.

Email: julianaamaral@id.uff.br

RESUMO

Considerando a relevância do pensamento social brasileiro na produção de conhecimento acerca das organizações a partir de seu cotidiano, e as lacunas existentes quanto ao seu referenciamento nos estudos sobre gestão pública, este ensaio teórico tem por objetivo analisar a conjuntura de crises enfrentada pela área da cultura em âmbito federal, reportando-se à hermenêutica do pensamento social sobre a formação da sociedade brasileira. Assim, em um primeiro momento discorre-se sobre as interpretações dos aspectos culturais brasileiros e sua pertinência quanto ao funcionamento do ordenamento público do país. Em sequência apresenta-se uma breve contextualização do panorama político da gestão cultural na administração pública, para, posteriormente, problematizar o quanto os elementos da hermenêutica do pensamento social brasileiro influenciam na conjuntura de crise das políticas públicas de cultura. Por fim, nas considerações finais, reflete-se sobre as alternativas a essas ingerências.

Palavras chave: Pensamento Social Brasileiro. Administração Pública. Gestão Pública de Cultura. Democracia.

ABSTRACT

Considering the relevance of Brazilian social thinking in the production of knowledge about organizations from their daily lives, and the existing gaps in their referencing in studies on public management, this theoretical essay aims to analyze the crisis situation faced by the area of culture at the federal level, referring to the hermeneutics of social thought on the formation of Brazilian society. Thus, at first it is

discussed about the interpretations of the Brazilian cultural aspects and its relevance to the functioning of the country's public order. In sequence it is presented a brief contextualization of the political panorama of cultural management in public administration, for, later, problematize how the elements of the hermeneutics of Brazilian social thought influence the crisis conjuncture of public policies of culture. Finally, the final considerations reflect on the alternatives to these interference.

Keywords: Brazilian Social Thought. Public Administration. Public Management of Culture. Democracy.

INTRODUÇÃO

As concepções de Brasil elaboradas pelos intérpretes da vertente culturalista do pensamento social brasileiro - Gilberto Freyre, Roberto da Matta, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Euclides da Cunha, entre outros - procuram entender a formação do país a partir de traços característicos que se constituem no cotidiano do cruzamento de diferentes culturas. Fundamentados em uma narrativa predominantemente histórica, esses autores preconizam um olhar próprio sobre a criação da sociedade brasileira.

Em uma conjuntura de lacunas na produção de conhecimento voltada para as organizações nacionais, percebida com base em uma revisão narrativa de literatura, o pensamento social brasileiro deve ser trabalhado como um campo contemporâneo de estudos sobre preocupações atuais a partir das tradições da formação sociocultural do país (MAIA, 2010). Assim como o levantamento de traços culturais para compreender as organizações é de suma relevância, se faz urgente também cogitar sobre uma dinâmica local que represente a realidade brasileira.

Na administração pública essa dinâmica não é diferente. São poucos os estudos, no âmbito da produção acadêmica nacional, que utilizam o pensamento social brasileiro como referência teórica de análise dos fatos administrativos e da governança pública (MARTINS *et al*, 2020).

Nesse sentido, busca-se refletir de que forma o patrimonialismo e suas disfunções, como o autoritarismo, o personalismo, o clientelismo e o mandonismo se apresentam como problemas estruturais do contexto brasileiro, e que impacto exercem sobre o funcionamento do aparato público, em especial nos momentos de crise.

Considerando as recentes transfigurações no cenário das políticas públicas de cultura no país e as novas concepções acerca da relação entre Estado e Sociedade nesse âmbito, faz-se relevante a compreensão desse quadro a partir dos padecimentos assentados nas interpretações da formação da sociedade brasileira.

Ressalta-se que serão trabalhadas apenas as ingerências dos traços culturais nos processos que desencadearam a crise nas organizações públicas de cultura, sem o intuito de afirmar engessamentos e inércias provocados por seus desdobramentos, nem refletir sobre as diferentes vertentes do pensamento social brasileiro, sejam elas tradicionais ou mais críticas. O intuito é utilizar essa produção de conhecimento acerca do cotidiano e da realidade brasileira para uma melhor compreensão das disfunções e crises vivenciadas na administração pública, aqui voltada para as políticas públicas de cultura nos últimos anos.

Assim, em um primeiro momento discorre-se sobre a hermenêutica do pensamento social e sua pertinência quanto ao funcionamento do ordenamento público no país. Em um segundo momento apresenta-se uma breve contextualização do panorama político recente da gestão pública de cultura para, posteriormente, problematizar o quanto os elementos culturais da formação social brasileira influenciam na conjuntura de crise das políticas públicas de cultura. Por fim, nas considerações finais, reflete-se sobre as possibilidades de resistência a essas ingerências.

HERMENÊUTICA DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NO CONTEXTO PÚBLICO NACIONAL

Considerando as diversas interpretações sobre o Brasil no âmbito do pensamento social brasileiro, Livia Barbosa (2005) destaca dois tipos: aquela cuja explicação da sociedade se dá por meio de fatores econômicos e políticos, e outra que busca a compreensão da sociedade brasileira a partir dos traços culturais presentes na sua formação. Neste trabalho, privilegia-se a abordagem cultural, ou seja, a compreensão do país através dos usos e costumes de suas instituições e organizações.

Nesse sentido, entende-se aqui que as interpretações do Brasil são elementos determinantes para descrever aspectos da realidade no que se refere ao Estado, ao governo e sua relação com a sociedade. Pretende-se, então, um diagnóstico, a partir

da hermenêutica do pensamento social brasileiro, sobre os fatores e comportamentos que implicam em disfunções ou atrasos na administração pública, desdobrando-se em crises cíclicas de processos de gestão.

As primeiras interpretações aparecem na década de 1930 com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que buscaram retratar a realidade nacional a partir dos tratos cotidianos entre Estado e sociedade. A partir de então, diversas outras perspectivas sobre aspectos culturais nacionais surgiram, tendo como referência o patriarcalismo e o patrimonialismo existentes na formação social brasileira.

Essas duas características se destacam quando se pensa na estrutura de poder estabelecida no país desde os tempos de colônia, e reforçada com a transferência da família real portuguesa para o Brasil. O império português é marcado pelo caráter patrimonial estamental de que se revestia a figura do Rei e seus seguidores. O desenvolvimento sociopolítico da colônia se diferenciava do de Portugal, havendo certa burocratização dos processos, porém mantendo-se o cunho aristocrático e particularista.

Esse ordenamento constituiu a base do Estado brasileiro, sobrepujando-se os interesses privados em detrimentos dos coletivos. O patrimonialismo no Brasil vai se moldando a partir de suas estruturas política e econômica, demandando desdobramentos conforme as mudanças sociopolíticas. Assim, as relações se estabelecem assentadas no autoritarismo, no personalismo, no clientelismo, no mandonismo e seus prolongamentos.

O patriarcalismo, traço destacado por Gilberto Freyre, entende o Estado como um prolongamento e uma extensão do ambiente doméstico. A intenção de público e privado se funde na figura do rei e do imperador, estendendo-se aos senhores de engenho e coronéis. A família é a principal organização da sociedade, ponto de partida de todas as relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. A casa grande, por sua vez, constitui a representação desses processos.

O patrimonialismo decorre como um desdobramento da sociedade patriarcal, em que prevalece o exercício do poder privado sobre o público. No âmbito da administração pública, esse traço cultural atinge diretamente os princípios e práticas democráticas, levando a ações autoritárias sobre a estrutura pública.

Outro aspecto decorrente do patriarcado e do patrimonialismo é a hierarquização da sociedade baseada na distinção entre indivíduos e pessoas. Os primeiros são aqueles que não possuem vínculo algum com alguma estrutura de

poder, ou melhor, não tem relações com alguém que exerça algum tipo de influência na sociedade. As pessoas são aquelas que possuem certo 'peso' em seus relacionamentos. Esta distinção é o que se chama de personalismo.

Esse atributo se opõe aos princípios da impessoalidade, da universalidade e da isonomia, admitindo-se que, no contexto público, a administração atue em prol de algumas pessoas que reivindicam tratamentos diferenciados, em detrimento de indivíduos de forma geral. A desigualdade gerada por esse traço cultural leva ao formalismo, em que as normas são válidas para uns e não para outros, não implicando em penalidades aos infratores.

Margeando esses aspectos determinantes da formação da sociedade brasileira, tem-se o autoritarismo expresso nas relações patriarcais, patrimoniais e pessoais e seus desdobramentos como os mandonismos, o clientelismo, o coronelismo (em sua forma tradicional e contemporânea), o escapismo (não cumprimento das leis), entre outros.

Ainda que a constituição federal tenha como princípios a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais e o pluralismo político (SCHWARCZ, 2019), o autoritarismo se apresenta como um legado do poder privado sobre o público.

Na conjuntura da administração pública, é possível traçar um diagnóstico em que as práticas patrimoniais, patriarcais, pessoais e autoritárias ainda se fazem presente. Schwarcz (2019) suscita como práxis desses traços culturais na modernidade os clãs políticos, em que famílias integram o processo eleitoral e sendo eleitas constituem uma espécie de hereditariedade e de fusão entre público e privado, expressas na forma de mandonismos locais.

Outras demonstrações de traços patrimoniais são as negociações estabelecidas para aprovação do orçamento federal, baseadas na conformação de interesses políticos, locais e particulares. As emendas parlamentares, nesse processo, se convertem em formas de barganha política entre o presidente da república e congressistas, e possibilitam a formação de currais eleitorais, relações clientelistas e patrimoniais entre deputados e eleitores, adquirindo caráter pessoal (SCHWARCZ, 2019).

Lustosa da Costa (2018) salienta que as raízes da situação de atraso, e muitas vezes à margem, da administração pública brasileira estão fincadas em uma série de determinantes que condicionam o sistema político, o Estado e suas relações com a

sociedade e economia, e caracterizam o seu *modus operandi* e representações de mundo, sejam elas em quaisquer âmbitos. Acrescenta ainda:

A administração pública brasileira, enquanto instituição e representação, é uma invenção coletiva forjada ao longo do tempo por reconstruções históricas construídas a partir de fragmentos da realidade e por interpretações (de acontecimentos e processos) dominantes que selecionam atos, fatos e narrativas a serem repertoriados. Examinar e discutir a “invenção” da administração pública brasileira é uma tentativa de, ao mesmo tempo, reconstruir o processo sócio-histórico e resgatar as representações sobre o mundo social e político, como formas de encontrar elementos para a compreensão das influências das matrizes políticas, econômicas, sociais, culturais e jurídicas sobre as nossas atuais instituições e práticas administrativas. É buscar a conexão de sentidos entre estruturas, acontecimentos e representações. É colocar em primeiro plano a dinâmica da superestrutura da formação social brasileira (LUSTOSA DA COSTA, 2018, p.33).

É certo que as interpretações culturais do Brasil datam da primeira metade do século XX e no decorrer do tempo o país passou por processos de modernização que buscaram romper com esses usos e costumes, principalmente na administração pública. Novas relações entre Estado e sociedade se estabelecem privilegiando a cidadania, com maior participação e controle dos cidadãos.

Ainda assim, os traços culturais aqui ressaltados se fazem presentes na modernidade e na pós-modernidade, adaptando-se às condições do capital e manifestando-se a partir de novas variantes que evidenciam a ambiguidade e a dualidade de comportamentos. A modernidade e a reprodução dos aspectos culturais constituem a mesma realidade, sendo complementares ao se nutrirem um do outro (LUSTOSA DA COSTA, 2009).

PANORAMA POLÍTICO DA CULTURA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

No âmbito da administração pública presencia-se, no setor cultural, uma constante instabilidade que além de um caráter histórico, se faz recorrente. No último quinquênio, mudanças significativas determinaram rumos que representam um retrocesso na relação entre Estado e sociedade no domínio cultural.

Segundo Muniz Sodré (2017), o que se vivencia na gestão cultural atualmente é algo muito mais complexo que perpassa reconhecimentos e interpretações sobre as

potencialidades social, econômica e política da produção cultural no Brasil: “a questão hoje é muito mais ampla – e muito mais problemática – quando se considera a importância do saber ou da “cultura” na economia do conhecimento que perpassa a produção industrial ou a prestação de serviços” (Sodré, 2017, p.14).

Nesse sentido, o contexto político da cultura na esfera pública brasileira, a partir de 2016, sofre um processo de remodelamento em que é contestada sua condição enquanto direito, fonte de conhecimento e saber empírico de uma sociedade; em que se contende seu potencial de discernimento, sua capacidade de coordenação, de auto-organização e sua diversidade (Sodré, 2017). Cenário que levou à segunda extinção¹ da estrutura organizacional pública da cultura ao longo de sua curta trajetória.

Segundo a exposição de motivos para a adoção da MP 276 de 12 de maio de 2016, a extinção do Ministério da Cultura se deu pela pretensão de reorganizar a estrutura da administração pública federal direta, em especial dos ministérios e órgãos que integram a Presidência da República, adequando a estrutura da administração à estrutura econômica do país de forma a reduzir despesas públicas.

Ainda nesse mesmo ano, em 23 de maio de 2016, através da MP 728, o órgão é restituído após manifestações das diversas áreas da sociedade em defesa da relevância das políticas da pasta e em prol da manutenção da estrutura pública do setor. Uma mobilização política inédita que demonstrou a construção de vínculos, redes e políticas ao longo dos anos, apesar das fragilidades e inconstâncias.

Apesar da retomada de seu ordenamento, as políticas de cultura começaram a perder lugar na agenda decisória do Estado, enfraquecendo-se por meio de reduções orçamentárias e mudanças recorrentes de gestores. Movimento que culminou, pela terceira vez, na extinção do Ministério, reduzido a Secretaria Especial vinculada, hoje, ao Ministério do Turismo, reformulado conforme o Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020 para impulsionar o mercado turístico e o setor cultural brasileiros.

Albino Rubim (2019) faz um breve panorama desse período acerca da extinção do MinC e a instabilidade nas pastas da ciência e da educação.

¹ O Ministério da Cultura foi criado em 1985 pelo Decreto nº 91.144 de 14 de março, revogado pelo decreto nº 99.600 de 13 de outubro de 1990, que extingue a pasta e aprova a estrutura regimental de uma Secretaria da Cultura da Presidência da República do Governo Collor. Em 1992, sob a presidência de Itamar Franco, o Ministério é recriado pela Lei 8.490. Em 2016, no Governo Temer, tem-se a segunda extinção da pasta através da Medida Provisória nº 726 de 12 de maio de 2016.

As circunstâncias atuais brasileiras (...) têm se mostrado muito adversas para a cultura, a ciência e a tecnologia, a educação e as universidades. A tentativa de extinção do Ministério da Cultura logo que Temer tomou o poder, bloqueada pela firme resistência do campo cultural; a descaracterização da Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; os cortes de orçamento e de programas essenciais nestas áreas, na educação e nas universidades; a emenda dos tetos orçamentários que atingiu violentamente as áreas sociais; a recente destruição do Ministério da Cultura; os ataques desfechados contra a educação e as universidades públicas; (...) demonstram o descaso das classes dominantes brasileiras com estes campos vitais para o desenvolvimento nacional, a superação das imensas desigualdades sociais e o retorno e consolidação da democracia no Brasil (RUBIM, 2019, p.12).

Atualmente, integram a Secretaria Especial da Cultura os seguintes órgãos específicos: a Secretaria da Economia Criativa (SEC), a Secretaria do Audiovisual (SAv), a Secretaria da Diversidade Cultural (SDC), a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), a Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural (Seinfra) e a Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual (Sdapi). Foram incorporados ainda à estrutura do Turismo a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, o Conselho Nacional de Política Cultural e a Comissão do Fundo Nacional de Cultura.

Entre 2019 e 2022, estiveram à frente da pasta sete secretários, sendo cinco titulares e dois interinos. O principal órgão de fomento e difusão das artes no país, a Fundação Nacional de Artes, teve, nesse mesmo período, seis presidentes. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, após um período de sete meses sem presidência efetiva, tem a nomeação de sua nova dirigente questionada por profissionais e pesquisadores da área. A Biblioteca Nacional e a Casa de Rui Barbosa também passaram por diferentes gestões ao longo desse período. Por fim, a Fundação Cultural Palmares apresenta uma gestão cujo perfil diverge da sua missão e da sua prática.

Essa enxurrada de exonerações e nomeações nos principais cargos de gestão nas organizações vinculadas à Secretaria Especial da Cultura, assim como nas já referidas secretarias, demonstra falta de articulação e base política em torno das ações e das relações que o Estado deve estabelecer com a sociedade no âmbito cultural.

Com isso, as políticas públicas tornam-se mais frágeis e praticamente inexistentes. Alterações são realizadas em instrumentos dessas políticas, refazendo

mecanismos antes construídos em conjunto com a sociedade civil. Ignora-se também a representatividade do setor no âmbito econômico, cuja empregabilidade abarca cerca de 6% da população brasileira, seja formal ou informalmente, e 73% da produção cultural no país tem aporte da Lei Rouanet.

O setor sofre ainda pressões externas constantes da classe artística em prol de ações democráticas e políticas efetivas para a área e pressões internas e disputas para a afirmação de uma ideologia diferenciada sobre a cultura. Nesse sentido,

a cultura está instrumentalizada e operada dentro de objetivos político-ideológicos bastante delimitados. Ela não possui quase nenhum resquício de autonomia, mesmo relativa. O acionamento eminentemente instrumental da cultura dificulta e mesmo inibe a conformação de uma política que busque desenvolver a cultura (RUBIM, 2021, p48).

Diante dessa crise sem precedentes, se faz relevante compreender como os problemas identificados a partir da hermenêutica do pensamento social brasileiro brasileiro influenciam e produzem efeitos na administração pública, em especial, neste trabalho, nas organizações e estruturas da área cultural, problematizando as relações atuais entre Estado e sociedade.

INGERÊNCIA DOS TRAÇOS DETERMINANTES DA FORMAÇÃO NACIONAL NO CONTEXTO DE CRISE DA CULTURA

No contexto pós-moderno e neoliberal em que se constroem as relações hoje no Brasil, sabe-se que os direitos sociais e coletivos sofrem uma grande defasagem e desfavorecimento em detrimento de políticas que versam sobre a produtividade e o lucro. Os usos e costumes assentados nos traços culturais, nos últimos anos, tem-se tornado mais evidentes.

Nesse sentido, algumas áreas na administração pública brasileira têm passado, recentemente, por descasos e desmanches em sua estrutura organizacional, como é o caso da pasta da cultura, ocasionando constantes ciclos de crises nas relações entre o Estado e a sociedade.

Os traços culturais determinantes da formação social brasileira são fundamentais para compreensão desse contexto de crises. Considerando-os, neste trabalho, disfunções do Estado, é possível perceber suas ingerências na composição do cenário das políticas públicas de cultura.

O legado do poder privado sobre o público dificulta a construção de processos mais democráticos em que as políticas sociais assumem um protagonismo. A trajetória conturbada das organizações culturais no âmbito da administração pública demonstra a fragilidade na concepção de ações participativas e a dificuldade de manter uma agenda governamental voltada para a área.

Os personalismos ainda presentes na administração pública auxiliam na manutenção da desigualdade e desconhecimento do Estado/Governo sobre a realidade da diversidade sociocultural brasileira. As manifestações artísticas e os povos culturais adquirem pesos diferenciados, assim como a estrutura organizacional do setor assume um caráter secundário na pauta estatal.

Há, no desconhecimento, uma evidente desatenção às potencialidades socioeconômicas das diversas vertentes da produção cultural brasileira. O pensamento tradicional acerca do progresso e da modernidade atrasam o desenvolvimento de áreas determinantes para o estabelecimento de relações locais e internacionais, como é o caso da cultura nacional. Prevalece, ainda, um racionalismo instrumental quando se pensa nas potencialidades imateriais do país.

O autoritarismo e seus mandonismos acentuam a desvalorização de quaisquer composições coletivas que questionem as estruturas de poder. As demandas da sociedade referentes a ações culturais são apreendidas como manifestações político ideológicas e por este motivo são, na maioria das vezes, desacreditadas e desrespeitadas pelo Estado.

O formalismo se faz mais patente e as normas e leis são observadas para efeitos de cerceamento e controle, e não como instrumentos de institucionalização de políticas públicas. Nesse sentido, o personalismo persiste ainda na utilização das normativas para a oficialização de nomeações em cargos de suma relevância para a gestão pública de cultura. O provimento dessas funções públicas tem sido realizado a partir de relações pessoais e identificações ideológicas em detrimento da efetiva capacidade de gestão, reforçando a instabilidade do setor.

As estruturas de poder que privilegiam o patriarcado, o patrimonialismo e os mandonismos, sejam locais ou nacionais, atuam na operacionalização da pasta, reduzindo as destinações orçamentárias e extinguindo órgãos, cargos e estruturas organizacionais de forma a tornar a gestão cada vez mais inábil. A exemplo das históricas criações e extinções do Ministério da Cultura, e mais recente sua redução

a uma secretaria especial na pasta do Turismo, reforçando a visão de entretenimento em prol da perspectiva de formação.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os resquícios dos traços culturais da formação da sociedade brasileira exercem ingerências significativas quanto à modernidade do setor cultural e o desenvolvimento de suas potencialidades. Perante as desconstruções na administração pública brasileira, em especial, neste trabalho, da área cultural, faz-se necessárias transformações nos âmbitos econômico, social e político que garantam mudanças sociais de maior abrangência e estabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico teve por objetivo analisar a conjuntura de crises enfrentada pela área da cultura em âmbito federal, reportando-se à hermenêutica do pensamento social brasileiro. Buscou-se refletir de que forma os traços culturais determinantes da formação da sociedade brasileira se apresentam, hoje, como disfunções estruturais do contexto brasileiro e que impacto exercem sobre o funcionamento do aparato público, em especial no ambiente de crise das organizações culturais.

Assim, em um primeiro momento discorreu-se sobre a hermenêutica dos atributos culturais brasileiros e sua pertinência quanto ao funcionamento do ordenamento público do país. Em sequência apresentou-se uma breve contextualização do panorama político da área cultural na administração pública, para, posteriormente, problematizar o quanto as interpretações do pensamento social brasileiro influenciam na conjuntura de crise das políticas públicas de cultura.

Afirma-se, ao longo da pesquisa, a relevância do pensamento social brasileiro no campo do conhecimento e as contribuições para análise das organizações nacionais. Assim, foi possível identificar as influências das interpretações do Brasil, ainda na modernidade, na administração pública brasileira e os desdobramentos desses usos e costumes tradicionais nos ciclos de crise do setor cultural.

Constatou-se que as estruturas que reforçam o poder privado sobre o público auxiliam no reforço das desigualdades e atingem diretamente os princípios e práticas democráticas no tocante aos direitos e participação sociais. Tem-se como resultado o desconhecimento e o descaso da realidade nacional, em especial da produção cultural no país.

O autoritarismo, síntese das características culturais da formação social brasileira, permite a prática de mandonismos e formalismos que garantem o enfraquecimento e a inércia do setor cultural a partir da apreensão, por parte do Estado, muitas vezes equivocada, das demandas da sociedade acerca das ações culturais, encaradas como político ideológicas.

Presencia-se a extinção de organizações e o provimento de cargos de gestão assentados em critérios que fogem da objetividade, da impessoalidade e da capacidade de gestão. A perspectiva do entretenimento prevalece em detrimento da formação. O desconhecimento e desrespeito se generalizam e tornam-se parte de um discurso oficial por parte do Estado.

Nesse contexto, “a análise dessas representações deve contribuir para que não se perca a perspectiva do que elas realmente são. Representações. Cabe aos intelectuais, tecnocratas e homens públicos fazerem girar a roda da história. Entre instituições, práticas e representações” (LUSTOSA, 2018. p. 48). Assim, as disfunções geradas demandam por transformações consubstanciais que proporcionem uma mudança de paradigmas quanto à prática de costumes tradicionais na administração pública.

As reformas e ações alternativas devem almejar horizontes mais democráticos e emancipatórios. É premente o fortalecimento dos instrumentos de elaboração e gestão de políticas públicas com foco em ações que possibilitem maior participação social e controle da sociedade aos formalismos e autoritarismos estamentais. Segundo Lustosa da Costa (2005), essas ações associadas às de ordem econômica ensejam o surgimento de lideranças mais autênticas, do fortalecimento do sistema partidário e eleitoral, a superação de confrontos e tensões entre os poderes e a renovação das práticas de governo.

Mediante todas as reflexões despertadas neste trabalho, sugere-se o aprofundamento do estudo acerca das contribuições que as organizações culturais, e a devida participação da sociedade na construção de políticas públicas para a área, podem trazer para a reconstrução positiva dos traços culturais nacionais e verificar suas potencialidades para o exercício efetivo do serviço público.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lívia. **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2005.

BRASIL. Medida Provisória nº 726 de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 726 de 12 de maio de 2016, Exposição de Motivos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-726-16.pdf Acesso em: 17 jul.2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 728 de 23 de maio de 2016 convertida na Lei nº 13.345, de 10 de outubro de 2016. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13345.htm Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 728 de 23 de maio de 2016, Exposição de Motivos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-728-16.pdf Acesso em: 17 jul.2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 870 de 01 de janeiro de 2019 convertida na Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm Acesso em 15 jul.2020.

BRASIL. Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.359-de-20-de-maio-de-2020-257819195> Acesso em: 15 jul. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. Raymundo Faoro. In: **Pensadores que inventaram o Brasil**. 4ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. História, narrativa e representações da administração pública brasileira. **Revista do Serviço Público**, Brasília, edição especial Repensando o Estado Brasileiro dez 2018, p. 31-52, 2018.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. Relações Estado-Sociedade no Brasil: Representações para Uso de Reformadores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1, 2009, pp. 161 a 199.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. Condicionantes da reforma do Estado no Brasil. **Anais do X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Santiago, Chile. Oct. 2005. p.18 – 21.

MAIA, João Marcelo Ehlert. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. **Revista Estudos Políticos**. Número O – 2010/01. ISSN 2177-2851.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; SANTOS, Luciana Mello dos; RAMBALDI, Mariana; TAVARES, Maria Cecília Bezerra. Administração pública e pensamento social: memória e esquecimento na produção científica da área no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre. Vol. 26. nº 1. Janeiro / Abril 2020. p. 2-17.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Cultura nacional e cultura organizacional. **Sumários Revista da ESPM**, v. 2, n. 2, p. 17-23, 2013.

MOTTA, Fernando C. Prestes; ALCADIPANI, Rafael. Jeitinho brasileiro, controle social e competição. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. v. 39. n. 1. Jan./Mar. 1999.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 260-283, jan./jun. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. UNIVERSIDADES, CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS. **Anais do XV Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**. v. 1. 2019.

RUBIM, Albino. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. In: **Cultura e política no Brasil atual**. Antonio Albino Canelas Rubim, Márcio Tavares (org). – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 37 – 56.

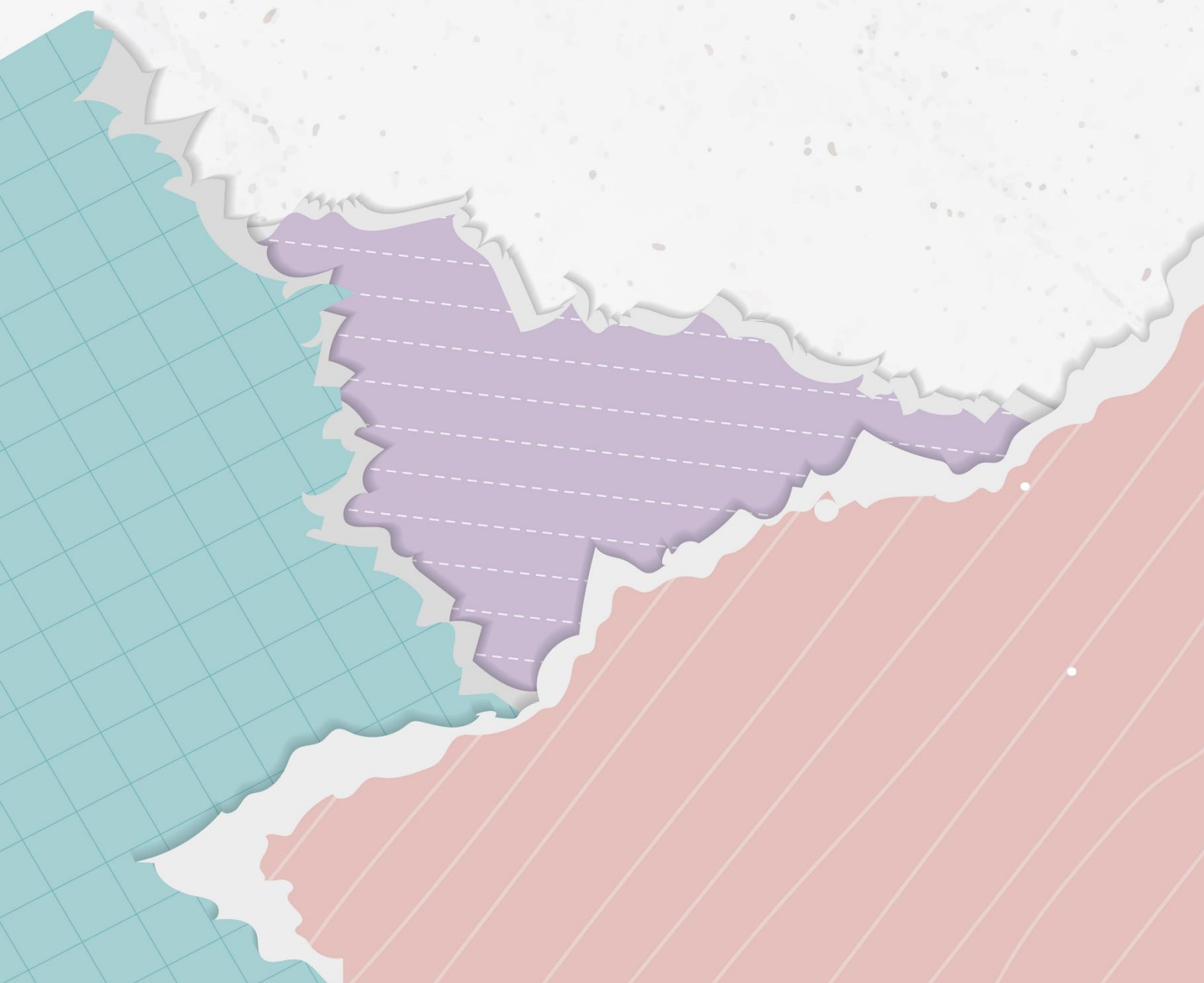
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SODRÉ, Muniz. A cultura como crise. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 11-22, jan./jun. 2017.

Capítulo 2

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DEMOCRATIZAÇÃO
ESCOLAR NA CIDADE DO RECIFE NA DÉCADA DE
1960**

Rosana Maria dos Santos



POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DEMOCRATIZAÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DO RECIFE NA DÉCADA DE 1960

Rosana Maria dos Santos (UFRPE)

*Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail:
rosanamaria.history@gmail.com.*

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar e problematizar o processo de alfabetização de crianças, jovens e adultos durante a década de 1960 no Recife. Neste período houve as implementações das políticas públicas voltadas ao acesso à educação e à cultura, que oportunizaram aos moradores do Recife um encontro com a própria identidade de ser humano. Os espaços de compartilhamento de conhecimento foram uma inovação, pois proporcionaram às crianças e aos jovens a possibilidade do aprendizado. No entanto, essa apropriação do saber viabilizada ao povo foi definida e controlada pelo Estado, através das elites intelectuais do Recife. Foi através do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado no dia 13 de maio de 1960, durante a primeira gestão do prefeito Miguel Arraes, que houve a difusão de um programa educacional em que a alfabetização de crianças e adultos era prioridade. A finalidade do movimento era elevar o nível cultural dos menos favorecidos, assim como também, melhorar sua capacidade aquisitiva, através de ideias sociais e políticas. Deste modo, o trabalho tem como objetivo analisar e problematizar a criação do Movimento de Cultura Popular e a sua importância para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o fomento da cultura e da educação na cidade do Recife na década de 1960.

Palavras-chave: Alfabetização. Infância. Recife. Políticas Públicas. Movimento de Cultura Popular.

Os primeiros passos para a construção do Recife ‘moderno’

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife. No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a

atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

No século XX o Brasil passa por um processo de modernização, e os centros urbanos foram os primeiros a mostrarem os sinais de progresso. A industrialização e a urbanização proporcionaram o alargamento da esfera dos direitos para os setores subalternos da sociedade, ou seja, os trabalhadores urbanos. Assim, a historiografia nos mostra que na década de 1930 a sociedade brasileira passa por profundas mudanças sociais, culturais e políticas. Segundo o historiador Boris Fausto, é no período Vargas que o processo de urbanização e a participação da burguesia consolidam-se. Junto a esse processo de desenvolvimento e ascensão social burguesa, o Brasil, também viveu um processo de transformação cultural e educacional (FAUSTO, 1976).

Nos anos de 1930, o Recife já apresentava claros sinais de modernização e contrastes sociais. A cidade contava com cerca de 1.148 empresas, das mais diversas áreas de produção; possuía uma indústria têxtil expressiva, com 5.453 operários, com destaque a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, que ficava situada no bairro da Torre. Em termos de habitação, existiam 23.210 mocambos e 23.869 prédios, com uma população que variava entre 238 mil (1920) e 348 mil (1940) (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2000).

O historiador Paul Singer traz grandes contribuições para o estudo do crescimento urbanísticos nas cidades nas décadas de 1950 e 1960, para ele, o que houve no Brasil foi uma busca pela “economia política da urbanização”. Para Singer, existem regiões cuja população emigra, já outras regiões recebem esta população, também conhecido como “fatores de atração”. Desse modo, o historiador afirma que o fator de atração mais importante é a demanda por força de trabalho derivada das atividades industriais e dos serviços públicos, privados ou autônomos (SINGER, 1980).

O aumento populacional do Recife trouxe receio para as elites locais. Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo “progresso”, mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos

considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da cidade.² Na perspectiva de Arend,

Desde o início do século, que os pobres foram considerados um problema social no Brasil[...]. Populações oriundas de pequenas cidades e da zona rural migravam para os centros urbanos de médio e grande porte em busca de melhores condições de vida, entendidas, sobretudo como possibilidade de acesso a um trabalho, mobilidade social e consumo moderno (AREND, 2015, p.7).

O processo de industrialização do século XIX trouxe os traços iniciais para o processo de urbanização do Recife no século XX. O crescimento demográfico nas décadas de 1940-1950 e 1950-1960 foi de, respectivamente, 50,6% e 51,9%. Trata-se de um aumento populacional decorrentes do crescimento vegetativo e dos fluxos migratórios. Esse aumento populacional, no transcurso da década de 1950, significou a passagem de uma situação de quase equilíbrio da distribuição populacional entre urbana (55,5%) e rural (44,5%), para uma outra, em que há dominância da primeira (1960 - 65,7%) sobre a segunda (PONTUAL, 2001).

A modernização trouxe para a cidade grandes empresas, como a London e a Brazilian St. Ry. Consequentemente, essa industrialização resultou na chegada de mão de obra, principalmente de Ingleses que chegaram para trabalhar nas fábricas. Com isso, houve a necessidade de criação de locais onde esses trabalhadores pudessem realizar seus encontros, assim como também houve a criação de um ambiente em que as práticas culturais servissem como uma distinção social.

Bourdieu conceitua distinção como uma denúncia e, ao mesmo tempo, uma inspiração para um modelo de compreensão dos mecanismos sociais e culturais, que retira os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade porque remete as práticas de consumo culturais a uma estrutura relacional. Para o sociólogo, desde cedo o homem busca estabelecer que as práticas culturais junto com as preferências em assuntos como arte, educação, música, preferências políticas, entre outros, estão

² Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: “urbanizar, civilizar e modernizar”. As elites dominantes buscavam fomentar, a todo o momento, a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, p.49-50.

ligadas ao nível de instrução, capital acumulado e herança familiar (BOURDIEU, 2007).

Os locais de divertimento, lazer e espaços de leitura eram visitados por elementos da alta sociedade, e não permitiam que as camadas populares usufríssem desses bens culturais, pois eram espaços que serviam para distinguir economicamente e socialmente a população recifense. Segundo o historiador Raimundo Arrais (1998), esses espaços de lazer causavam uma grande sedução sobre as camadas populares. Por isso, torna-se comum a construção de grades em praças e jardins do Recife, que tinham por objetivo excluir os populares de certos lugares públicos, deixando bem claro até que ponto a exclusão social foi latente na urbe. As camadas pobres do Recife sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre o povo ³eram pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de domesticar e disciplinar os corpos (ARRAIS, 1998).

A modernização implementada nas primeiras décadas do século XX alterou não apenas a aparência física da cidade, ela trouxe também intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões de comportamento e convivência social nos espaços de lazer e divertimento geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. As elites brigavam para dominar os espaços públicos, sobretudo, as ruas, porém não conseguiram controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares delas. A população recifense, principalmente os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento (COUCEIRO, 2003).

Nesse contexto, enquanto o sistema político e social estivesse sustentado por princípios de desigualdade e exclusão, as políticas culturais e educacionais estariam

³ O conceito de povo pode ser estabelecido do ponto de vista político, jurídico e sociológico. Povo não é um conceito descritivo, mas operacional. Em outras palavras, não se trata de designar uma realidade da vida social, mas sim de analisar as situações nas quais esse termo é utilizado. Neste sentido, o conceito de 'povo' neste trabalho deve ser compreendido não só aqueles que exercem a cidadania ativa, isto é, os eleitores, mas também todos os demais cidadãos (MULLER, 2004).

a serviço da dominação econômica e política das classes abastardas. Fazia-se necessário refletir sobre a relação de dirigentes e dirigidos. No entanto, para transformar essa relação, marcada pelo autoritarismo das elites, era preciso rever a distribuição desigual dos saberes, tanto no plano cultural quanto educacional.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, houve um grande aumento populacional nas áreas urbanas do Recife. A população urbana, pela primeira vez aparecia no censo, maior que a população rural. Consequentemente, o processo de urbanização revelou o analfabetismo, que foi erigido no país como um problema pedagógico e político, transformando-se quase que de repente num rótulo, em um problema sem solução (FERRARO, 2009).

Foi nas décadas de 1950-1960, que os primeiros passos em direção ao processo de politização da cultura e da educação começam a andar a passos curtos. A necessidade de criar políticas públicas trouxe transformações significativas para que as camadas populares pudessem contribuir e usufruir de projetos que visavam 'democratizar' a cultura e a educação na cidade do Recife.⁴

O povo letrado na cidade do Recife

No final do século XIX, as elites políticas passaram a fortalecer a ideia de que pela multiplicação das instituições escolares e a disseminação da educação popular, seria possível incorporar camadas populares do Recife ao progresso nacional e assim equiparar o Brasil aos padrões europeus.

O projeto da instrução pública e da educação nacional ganha força e notoriedade durante a república, tornando-se assim um projeto nacional. Nesse sentido, a república tinha dois alvos fundamentais: as crianças e o povo. As primeiras não gozavam de uma imagem positiva, até então⁵. É na república que a infância passa a ser considerada um problema político e econômico, e assim se fazia necessário criar políticas públicas que tinham por objetivo recuperar a infância sem nenhum tipo de

⁴ Os anos de 1950 e 1960 foram marcados pela ascensão de duas lideranças políticas com características democrática e progressista, assim ficaram conhecidos os governos de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, ambos com perfil ideológico de esquerda, muito diferente de todos que já tinham governado o Recife e Pernambuco até então. Esses políticos nasceram da Frente do Recife (movimento político que unificava democratas, progressistas, trabalhistas, socialistas e comunistas). Eram Governos que, pela primeira vez, atuavam junto às massas (periféricas na cidade do Recife, no caso de Pelópidas e camponeses explorados nas regiões produtoras de cana de açúcar, no caso de Arraes).

⁵ Sobre a concepção social de crianças ver: ARIÈS (1978); DEL PRIORE (2004); VENANCIO (1997).

instrução. O outro era o povo, que na perspectiva do Estado precisava ser controlado e vigiado. A 'escola da república' possibilitou, para aqueles que puderam usufruir dela, uma instrução pautada na civilidade e na ordem (LAJONQUIÈRE, 2003).

A institucionalização da Rede Municipal de Ensino no Recife remonta ao século XIX. Em 1895, foram inauguradas as três primeiras escolas municipais em parceria com o governo do Estado: a Escola de Santo Amaro das Salinas⁶; a Escola Pinto Damaso, localizada no Bairro da Várzea e a escola Municipal da Iputinga.

A implantação das primeiras escolas municipais aconteceu em parceria com o Governo do Estado. Apesar do quantitativo de 100 escolas municipais em 1897, o que se evidenciava nos relatórios era a precariedade das escolas. A grande maioria das escolas eram isoladas, de uma sala só. Analisando as três primeiras décadas do século, o quantitativo de escolas praticamente continuou o mesmo, podendo se tirar as conclusões de que a expansão da incipiente rede foi lenta e sem uniformidade (RECIFE, 2014).

O estabelecimento de escolas públicas de primeiras letras estava relacionado à vontade política das elites locais, visto que a criança passou a ser peça importante do projeto moral e cívico de desenvolvimento nacional. Desse modo, as documentações nos revelam que não houve nenhum tipo de proibição ao acesso à população livre e pobre às escolas, tanto na condição de aluno como na condição de mestre. No entanto, a própria condição de miserabilidade afastava crianças e jovens da escola. A falta de roupas e calçados adequados eram um dos principais motivos para evasão escolar, tendo em vista que eram proibidas, no Recife, a entrada de crianças 'maltrapilhas' e descalças nas escolas.

A tabela a seguir nos relevam os principais motivos da evasão escola nos de 1930 nas escolas municipais do Recife.

⁶ Em 1904, foi apresentado ao Prefeito do Recife um relatório cujo o diagnóstico apresentava que o bairro: " Santo Amaro das Salinas situado na freguesia da Boa Vista, possuía um grande número de meninos e meninas crescidos (as), além disso, o relatório constatou que o local era muito populoso e de habitantes, na sua maioria pobres, os quais não podem morar em outros pontos da cidade e procuram como refúgio aquela parte. Relatório da Industrialização Pública do Município do Recife apresentado do Exmo. Sr. Comendador Prefeito - Tip. Do Diário de Pernambuco, 1904 (PINTO, 1931).

MOTIVOS	TOTAL			%		
	M	F	T	M	F	T
Doença na própria pessoa	505	893	1.398	51,27	55,40	58,63
Motivos vários	515	843	1.354	52,30	52,30	52,88
Doenças em pessoas de casa	296	602	896	29,85	37,35	34,50
Falta de roupa ou calçado	229	308	532	23,25	18,80	20,49
Falta de livros	101	161	262	10,25	9,99	10,09
Falta de dinheiro para o bonde	54	64	120	5,48	4,09	4,62

Tabela 1: Resultado do inquérito social nos grupos escolares do Recife em 1931, realizado pelas alunas de Sociologia da Escola Normal e pelos inspetores escolares.

Fonte: PINTO, 1931, p. 49 (adaptada).

Nesse sentido, o que podemos observar é que os alunos no início do nosso século XX eram um pequeno número de infantes que tiveram acesso à escola, pois o ambiente só se tornou acessível às famílias que possuíam condições econômicas e sociais melhores, ou seja, as crianças, que em sua minoria, frequentavam as escolas eram as que tinham boas condições financeiras para cumprir as exigências das instituições de ensino, tais como: vestimentas e material escolar.

Outro ponto importante que a tabela acima nos permite problematizar é o alto índice de evasão escolar das crianças do sexo feminino, o que corrobora com a tese defendida pela historiadora Silvia Arend de que a educação das meninas, no início do século XX, se limitava aos trabalhos domésticos. Os pais defendiam a ideia de que a aprendizagem dos serviços do lar era suficiente para a educação das moças.

A pesquisa também revelou o alto índice de crianças e seus familiares que apresentavam enfermidades. Eram as classes mais pobres que estavam vulneráveis. As doenças, a precariedade das habitações dos subúrbios do Recife e a falta de higiene de muitas habitações revelavam o alto índice de mortalidade infantil. Durante o I Congresso Brasileiro de proteção à Infância, em 1922, a higiene dos infantes foi tema de interesse dos que estavam ali reunidos. A articulação dos médicos-higienistas reivindicava a necessidade da higienização da infância através de investimentos na saúde e nas políticas públicas de prevenção às doenças. Além disso, a saúde da

criança representava o acréscimo de forças para o progresso do país, por isso foi visto como um problema de ordem social que colocava em risco a soberania da economia. A falta de higienização e consequentemente a precariedade da saúde física dos excluídos foram vistos como ameaça ao progresso. O que fundamentava a intervenção do Estado para a solução da higienização da infância. Nesse sentido, o problema dos infantes foi qualificado ora como questão do Estado, ora como um problema social (GONDRA, 2000).

Diante dos problemas que a pesquisa evidenciou, a rede municipal de ensino contava com um baixo índice de frequência por parte dos alunos. Esse fato ocasionou algumas mudanças no direcionamento das políticas educacionais, uma das medidas foi a centralização do Ensino Primário, que extinguiu a Diretoria da Instrução Pública Municipal e transferiu para o Estado toda a Rede Municipal (RECIFE, 2014).

Com a estadualização das escolas municipais, o Recife só volta a constituir uma rede de ensino na década de 1960 com a chegada de Miguel Arrais de Alencar à Prefeitura. Essa estadualização do ensino no Recife contou com o apoio do Movimento de Cultura Popular (MCP) - cujo objetivo principal era a valorização da cultura popular-, das associações de bairro, dos grupos políticos, dos intelectuais e dos estudantes secundaristas e universitários. Arrais tinha plena consciência da necessidade de criar políticas públicas que trouxessem transformações significativas para que as camadas populares pudessem contribuir e usufruir de projetos que visavam democratizar a cultura e a educação.

A concepção de uma educação emancipatória começa a ganhar força na década de 1920, com o advento dos movimentos anarco-sindical. Posteriormente, as ideias de educação e conscientização social ganham mais força nas décadas de 1940 e 1950. As campanhas de alfabetização também passam a impulsionar a educação popular e emancipatória. Esses movimentos em prol da educação para todos ganham força, sobretudo nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país (BRAYER, 2010).

O MCP foi fundado por lideranças políticas e intelectuais em 1960, e tinha como principal objetivo difundir um programa cultural e educacional, em que a alfabetização de crianças e adultos deveria ser promovida. O Movimento de Cultura Popular foi criado como uma entidade privada sem fins lucrativos, que se mantinha graças a convênios que, na prática, foram quase que exclusivamente firmados com a Prefeitura da cidade do Recife e o governo do Estado de Pernambuco. Entre os seus fundadores

encontram-se Germano Coelho, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Abelardo da Hora, Aloízio Falcão, Paulo Freire, Francisco Brennand e Luís Mendonça (MAURÍCIO; CIRANO, 1978). O Movimento surgiu como um departamento autônomo da municipalidade recifense, tendo como apoiador o recém eleito Miguel Arrais, que definiu como uma das principais metas do seu governo solucionar o alto índice de analfabetismo na capital pernambucana.

Há milhares de crianças no Recife que não frequentam escolas. Meu governo criará grupos escolares de emergência, ainda que sejam meros pavilhões ou simples salas-de-aulas. Cumpre incentivar as atividades culturais, encorajar os desportos e a educação física, criar centros cívicos, proporcionar cinema e teatro ao povo⁷.

Arrais alegou falta de recurso financeiro da municipalidade para custear um projeto educacional capaz de solucionar a questão da analfabetismo, por isso buscou apoio de um grupo de intelectuais progressistas. O projeto de educação para o Recife começou a ser gestado a partir de uma reunião com artistas, políticos e educadores. A partir dessa encontro brotou a ideia da criação de um movimento largo e amplo de educação de base e de democratização da cultura, que até então era limitada as classes privilegiadas da sociedade. O projeto inicial era o de unir todos os interessados na tarefa de mudar a vida de crianças, jovens e adultos através da educação e da cultura.

[...]se fosse mantida a estrutura burocrática em vigor para essa questão, era impossível encontrar soluções, devido à insuficiência de meios. Então, era importante movimentar a máquina burocrática municipal, mas também mobilizar a população interessada em melhorar a educação, o que se verificou com a participação direta de variados setores da comunidade, até mesmo na execução de obras⁸.

A educação no Recife era preocupante, a falta de unidades escolares afetava mais de 50% das crianças em idade escolar de 7 a 12 anos e mais de 66%, ou seja, 98.281, se considerassem a idade de 5 a 14 anos, que estavam sem frequentar a escola. Diante dos fatos, e do clamor por políticas educacionais se tornou latente (RECIFE, 2014).

⁷ Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular retirada do esboço do primeiro boletim do MCP. APGC.

⁸ Entrevista de Arraes. In: TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte, Editora Vega, 1979, p.11.

Desse modo, Miguel Arrais, sofrendo forte pressão popular, precisava criar um plano para responder aos anseios dos vários setores da sociedade que lutavam por transformações político-sociais, a partir da mobilização dos setores populares através da educação. Dentre as propostas lançadas pelo atual prefeito estavam: a criação, orientação e supervisão de escolas primárias; orientação pré-profissional; aconselhamento e encaminhamento dos alunos das últimas séries primárias para cursos que valorizassem a formação profissional; orientação educacional e assistencial através de acompanhamentos psicológicos as crianças; recrutamento de pessoas ou entidades especializadas ou capazes de exercer ações educacionais e por fim, organizar oportunamente uma associação de pais, destinada a levar o povo a desejar, cada vez mais, contribuir com a sua própria educação colaborando com o poder público para a manutenção da escola⁹.

A população recifense rapidamente atendeu aos apelos de Miguel Arraes e passou supervisionar o ensino primário no município, por meio das Associações de Bairros e das Sociedades Benéficas¹⁰. A Prefeitura Municipal do Recife, também implementou medidas internas para que o plano de ensino municipal tivesse êxito, por isso deslocou funcionárias diplomadas que ocupavam funções burocráticas, para atividades de ensino. Assim, em março de 1960 começam a funcionar 26 turmas, absorvendo 1.040 crianças¹¹. Além da redistribuição das funcionárias da prefeitura para sala de aula, o município também contratou professoras e fez compras de matérias escolares, que foram pagos através das parcerias da Prefeitura com as indústrias e comerciantes locais¹². Para Fávero (2011),

Dentre as formas de luta popular que surgiram naqueles anos (referindo-se aos anos de 1960), ou que neles conseguiram se fortalecer, uma delas se chamou cultura popular; e ela subordinava outra: a educação popular. Nesse campo, tudo se refez e tudo se imaginou criar ou recriar, a partir da conscientização e politização – ou seja, da organização das classes populares. (FÁVERO, 2001, p. 9).

⁹ PLANO municipal de ensino foi apresentado ontem ao Prefeito. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 de jan de 1960, p.13.

¹⁰ POPULAÇÃO atende ao apelo do prefeito Miguel Arrais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de fev de 1960, p.3.

¹¹ COMEÇAM as ações para implantação do Plano Municipal de Ensino. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 de fev de 1960, p.3.

¹² 167 PROFESSORAS e 2.524 bancas para a Prefeitura atuar em Casa Amarela. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 abr. 1960.

Apesar de enfrentar pressões e críticas de opositoristas do governo Miguel Arraes, o MCP teve um grande desenvolvimento e proporcionou vultosas mudanças no campo educacional e cultural. No final de 1962, já contava com quase 20.000 alunos divididos em mais de seiscentas turmas, distribuídos entre duzentas escolas. O campo de atuação do MCP era alfabetização de crianças, adolescentes e adultos em salas de associações de bairros, templos e entidades esportivas. Posteriormente o Movimento promoveu a instalação de galerias de arte, cinemas, teatros, parques de recreação e oficinas de artes plásticas, além disso, a realização de mesas-redondas sobre cultura popular e da valorização do artesanato e de festas tradicionais.



Imagem 1: Projeção popular de cinema.
Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Os conservadores de direita defendiam que o Movimento tinha ideais esquerdistas e que seus integrantes estariam supostamente filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo Miguel Arraes caracterizado por esses setores da direita como adepto à ideologia comunista, simplesmente por defender os trabalhadores urbanos e rurais. O movimento além de ter um cunho educacional voltou-se também para o fomento da cultura na capital pernambucana (GASPAR, 201?).

A democratização da cultura é a força criadora do diálogo, é o esclarecimento das consciências e da liberdade da criação da cultura feita pelo povo. O MCP com

seus círculos de cultura permitiu aos menos favorecidos a oportunidade de refletir sobre a sua própria existência. Sobre sua posição no mundo. Sobre seu trabalho e seu poder de transformar o mundo. Para Freire “*A educação das massas é algo absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desviada da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação*” (FREIRE, 1999, p.36).

Considerações finais

As atividades realizadas pelo Movimento de Cultura Popular, visando o desenvolvimento da prática educacional e cultural dos recifenses, notadamente daqueles pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, se por um lado demonstram a importância do papel do Estado frente à consecução do exercício da cidadania, por outro revelam os efeitos negativos das mudanças ocorridas com a troca dos governantes, sobretudo governos autoritários.

Desse modo, as políticas públicas de fomento à cultura e à educação desenvolvidas pelo Movimento de Cultura Popular, conseguiram sobreviver durante alguns anos, constituindo assim, um fato inédito no processo de alfabetização das massas populares. É inegável que o MCP foi uma organização que teve por finalidade reunir a população recifense para dar sustentação política a uma determinada elite. Ou seja, no núcleo dos trabalhos daquele movimento, estava o desejo de incorporar as camadas populares no jogo da política institucionalizada, embora o Movimento tenha ido além em suas ações e em seu significado histórico. É válido destacar que o MCP só conseguiu executar os seus projetos graças a valorização dos populares menos favorecidos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Convenção sobre os Direitos da Criança**: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 29 - 47. jan./abr. 2015.

AREND Silvia Maria Fávero. **Trabalho, escola e lazer**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012, p: 65-8.

ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e Confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

BRAYNER, Flávio. **O MCP e a invenção do povo**. Revista Continente, Recife, ano X, p. 54, maio/2010.

CHARTIER, R. **Do livro à leitura**. In: Práticas da leitura [sob a direção de Roger Chartier]. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHARLE, C. História das elites e método prosopográfico. 2006. In: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

CHRISPINO, Alvaro. **Políticas Públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.

COUCEIRO, Sylvia. Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos de 1920. In BARROS, Natália; REZENDE, Antônio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira . **Os Anos 1920**: histórias de um tempo. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DEL PRIORE, M. **História da infância no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930. História e historiografia**. 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular, educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FERRARO, A. R. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GASPAR, Lúcia. **Movimento de Cultura Popular**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10 abril de 2022.

GONDRA, José G. **A Sementeira do porvir**: higiene e infância no século XIX. Educação e Pesquisa. V. 26, nº1, São Paulo: jan/jun, 2000.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade vermelha**: a experiência democrática no pós Estado Novo Recife, 1945 -1955. Tese de doutorado em história, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

LINS, A. M. GREGO; Lira, A. P. A. **A Imprensa Recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX**. In: MARQUES DE MELO, José (org.). Síndrome da Mordalha: mídia e censura no Brasil. 1ed. São Bernardo do Campo - SP: Metodista Editora (Universidade Metodista de São Paulo), 2007, v. 01.

LAJONQUIÈRE, Leandro. **A infância que inventamos e as escolas de ontem e hoje**. Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas, v.8 (15), 2003, p. 140-159.

MÜLLER, F. **Fragmento (sobre) o Poder Constituinte do Povo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PINTO, Estevão. **A escola e a formação da mentalidade popular do Brasil**. Ed. Proprietária. São Paulo. 1931,p. 49.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife de nas décadas de 1930 a 1950. Recife: Editora da UFPE, 2001.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife**: história de uma cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 08, p.59.

RECIFE. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**: subsídios para atualização da organização curricular. / Élia de Fátima Lopes Maçaira (Org.), Katia Marcelina de Souza (Org.), Marcia Maria Del Guerra (Org.). – 2 ed. -- Recife: Secretaria de Educação, 2014. (v. 1).

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. **O Recife**: História de uma Cidade. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002.

ROSAS, Paulo. **Movimento de cultura popular**: memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: Fundação Educar, 1986. pp. 23-24.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Documentário do tri-centenário da restauração pernambucana 1854 -1954**. Recife. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte, Editora Vega, 1979, p.11.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha**: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

VAINSENCER, Semira Adler. **Inglese em Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>. >. Acesso em: 10 de abril de 2022.

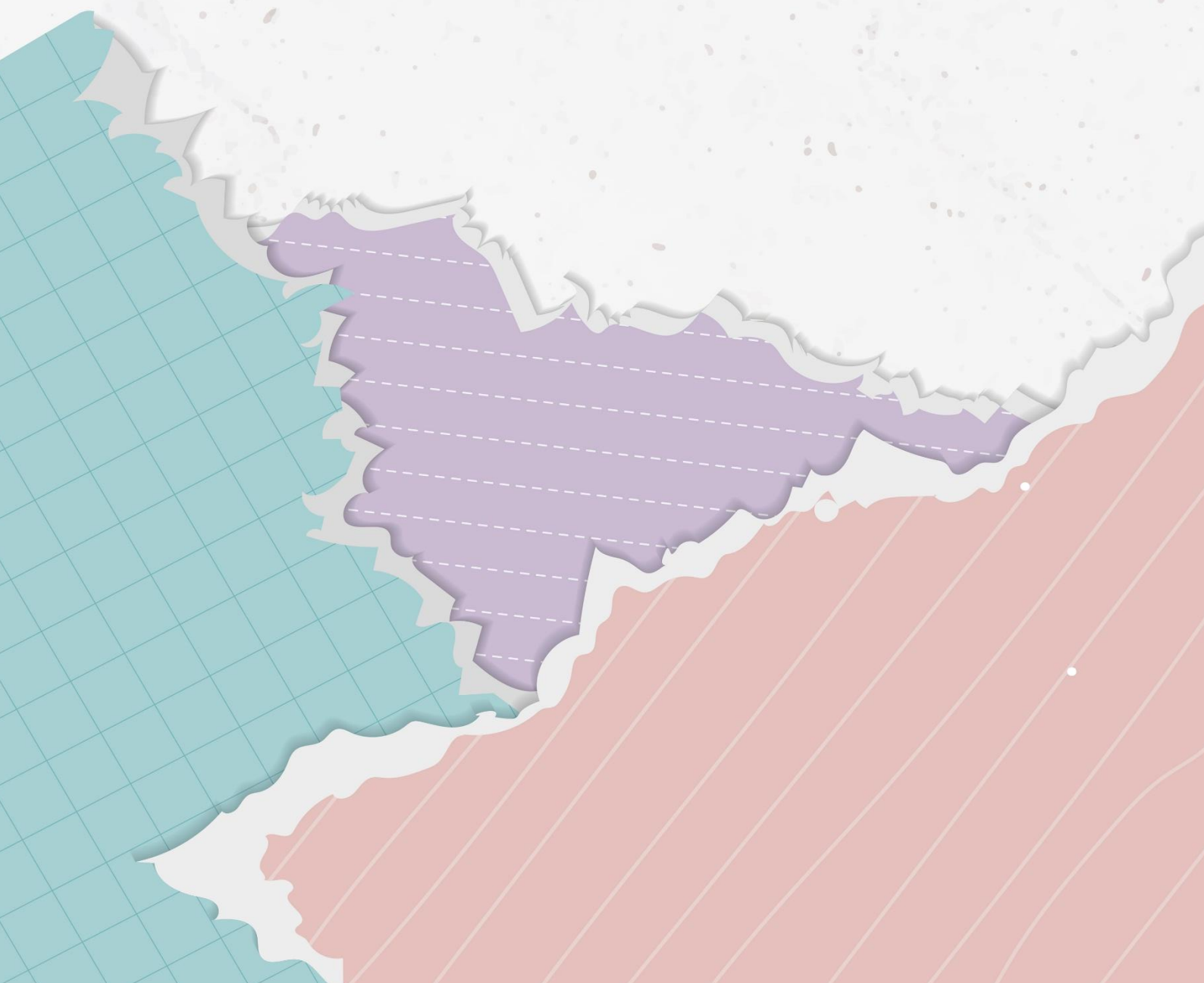
VENANCIO, Renato Pinto. **Maternidade negada**. In: PRIORE, Mary del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

Capítulo 3

BRANCA DE NEVE NA SANTA-LUZ DO SISAL: APROPRIAÇÃO E RECRIAÇÃO NA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues

Rosemary Lapa de Oliveira



BRANCA DE NEVE NA SANTA-LUZ DO SISAL: APROPRIAÇÃO E RECRIAÇÃO NA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues

Professor da Rede Estadual de Ensino Básico do Estado da Bahia e Psicanalista (NAPSI); Graduando em Psicologia (UNEB)¹³

Rosemary Lapa de Oliveira

Professora Titular (UNEB); Doutora em Educação (UFBA)¹⁴

RESUMO

A contação de histórias, enquanto prática narrativa ancestral, presta-se à valorização e disseminação das tradições de um povo, de modo a preservar sua identidade e memória. Contudo, tal preservação não implica em hermetismo, cabendo reconhecer a plasticidade do ato de contar histórias e das narrativas produzidas, considerando que, quando recontadas, passam por processos de apropriação efetuados pelos contadores, que as recriam a partir do contexto sócio-histórico ao qual estão inseridos. Tendo isso em vista, objetivamos analisar os processos de apropriação e recriação realizados por um contador de histórias da cidade de Santaluz, Bahia, no ato da contação. O material analisado é fruto de uma pesquisa biográfica, produzido a partir de entrevista narrativa e de videogravações, cuja análise decorreu por meio de manual de análise da conversação e das discussões teóricas a respeito dos processos de apropriação e recriação envolvidos na prática da contação de histórias. A história produzida aponta para a reconstrução do conto de fadas A Branca de Neve, por meio da incorporação de elementos próximos da história de vida do contador, atestando os gestos de apropriação e de recriação da narrativa em questão.

Palavras-chave: Contação de histórias. Contos de fadas. Apropriação narrativa. Recriação narrativa.

¹³ Professor da Rede Estadual de Ensino Básico do Estado da Bahia. Psicanalista – Escola de Formação: Núcleo de Atendimento Psicológico (NAPSI). Especialista em Ciências da Natureza, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Graduando em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Voluntário de Iniciação Científica na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: rodrigues.a.c90@gmail.com

¹⁴ Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) nos cursos de Pedagogia e de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). Pós-doutora em Contação de Histórias e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). E-mail: rloliveira@uneb.br

INTRODUÇÃO

A contação de histórias é considerada, neste trabalho, enquanto prática narrativa que, de acordo com Matias (2010), desenvolveu-se de forma concomitante com a linguagem oral, sendo, pois, uma atividade ancestral com uma série de funções, dentre as quais, a valorização e a disseminação das tradições de um grupo, a partilha de informações, a fruição, o aconselhamento, a ressignificação de práticas, além da proposição de reflexões filosóficas. Assim, desde que o sujeito se apropria da linguagem e pode fazer uso da fala e dos símbolos, ele constrói e faz ouvir histórias impregnadas de sentidos e direcionamentos para a vida coletiva.

Fundado, portanto, nos primórdios da humanidade, o ato de contar histórias tem suas raízes, segundo Matos e Sorsy (2009), na cultura oral e se inscreve como um modo de comunicação linguística dos saberes, conhecimentos e valores adquiridos por um povo. Em conformidade com isso, os autores consideram as narrativas orais – também denominadas por eles de contos populares – produtos de uma coletividade, elaborados a partir do imaginário social de um determinado grupo, com capacidade de orientar seus membros para o conhecimento de si e do mundo. Tendo, pois, sua gênese no campo da oralidade, a contação de histórias representa, ainda, o arcabouço mnemônico de um povo, uma espécie de arquivo que se sustenta pela criação e compartilhamento das narrativas produzidas, garantindo a manutenção da memória coletiva (MATOS; SORSY, 2009).

Benjamin (1987) também pontuou a partilha de experiências como função da prática do contador de histórias, pois, efetivada, seria capaz de fundar um espaço de intercâmbio e permuta de conhecimentos, sinalizando, dessa forma, a natureza dialógica da contação, cujas histórias produzidas são dotadas de saberes abertos, isto é, metáforas capazes de elaboração e extração de sentido por parte dos seus interlocutores, que ocupam a posição de coconstrutores da narrativa.

No entanto, ao diferenciarem o conto literário do conto popular, Matos e Sorsy (2009), situam esse modelo de produção e transmissão de narrativas como uma prática de origem um tanto conservadora, pois, na tentativa de preservar a identidade e a memória de um povo, evita alterações e inovações, repetindo não só as histórias, mas também o modo de contá-las, sua cadência e musicalidade.

Em contraponto, Costa (2015) sinaliza a plasticidade da contação de histórias, já que as narrativas orais são fluídas e, sempre que recontadas, passam por

recriações e ajustes de maneira dinâmica, imprimindo junto à memória coletiva a memória individual do contador, que se apropria do texto e o constrói com seus interlocutores. Além disso, a autora pontua que as comunidades não se encontram isoladas e sua tradição não sobrevive intacta de influências de outros grupos; ao contrário, há processos de interação, sem que ocorra o desaparecimento de seu modo de vida. Tanto é, que a autora sinaliza a capacidade das histórias mais antigas da oralidade continuarem a encantar as novas gerações, passando, no entanto, por apropriações e assumindo novas roupagens, a exemplo dos contos de fadas.

Além disso, é importante destacar que a cultura, de modo geral, também está sujeita à intercâmbios, fato assinalado por Bakhtin (2017) em *A ciência da literatura hoje*. O autor afirma que a cultura de um dado período não deve ser concebida de forma acabada e, portanto, hermética e estática, mas precisa ser enxergada em suas potencialidades de significação e mudança, já que se trata de um sistema aberto. Destarte, as produções culturais, como a literatura, de acordo com o autor, são unidades que, embora assumam os aspectos da cultura de uma época, não se isolam ou se fecham em si mesmas, representando apenas os valores e sentidos socioculturais do contexto de sua gênese, mas assumem natureza aberta, cujos desdobramentos em outras épocas e espaços, ampliam seus significados.

Um exemplo dessa plasticidade cultural e, também, literária pode ser ilustrado, segundo Busatto (2012), nos contos registrados por Câmara Cascudo que, segundo a autora, “são versões dos contos de fadas europeus, porém adaptados à realidade brasileira (BUSATTO, 2012, p. 27). Adaptações que, para a autora, fazem com que as novas versões adquiram um aspecto tropical que mais se coaduna com o Brasil.

A discussão tecida até aqui resulta da pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Contação de Histórias e Psicanálise: a musicalidade e ritmicidade da voz nos processos de desenvolvimento da linguagem*, em que formamos um *corpus* com narrativas de contadores de histórias da cidade de Santaluz, Bahia, cuja análise apontou para possibilidades de adaptações que indicaram movimentos de apropriação e recriação de contos de fadas clássicos na prática de contadores tradicionais. A partir daí, delineamos como objetivo deste trabalho analisar os processos de apropriação e recriação realizados por um contador de histórias da cidade de Santaluz, Bahia, demarcado, aqui, com o codinome Z, no ato da contação.

O material analisado é resultante de uma pesquisa qualitativa biográfica produzida a partir de entrevistas narrativas e pela produção de videogravações. A

transcrição foi realizada por meio das orientações contidas no manual de *Análise da conversa* de Marcuschi (2003) e a análise feita considera as discussões a respeito dos processos de apropriação e recriação efetuadas por autores da contação de histórias, tais como Alcoforado (2008), Busatto (2012) e Costa (2015).

Iniciaremos este trabalho pela caracterização do contador de histórias, construtor da narrativa a ser analisada, e do contexto no qual ele está inserido. Posteriormente, realizaremos a análise do conto em paralelo à discussão a respeito dos processos de apropriação e recriação que estão envolvidos.

UM CONTADOR DO SERTÃO

Z é um homem de 79 anos, natural de Valente, Bahia, Brasil, que, atualmente, reside no povoado Lagoa do Boi, pertencente à cidade de Santaluz, Bahia, Brasil. É pai de doze filhos, trabalhador rural que exerceu, durante a sua vida, diversas atividades relacionadas ao cultivo do sisal, mas que sempre se considerou um contador de histórias, sendo nomeado pelas pessoas da região como Griô Sisaleiro.

Tanto Valente quanto Santaluz são cidades situadas no semiárido baiano, região popularmente conhecida como Território do Sisal, composta por 20 municípios. De acordo com o documento *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal*, desenvolvido pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODES), o semiárido carrega uma representação um tanto estereotipada de um local cuja realidade é de atraso e de extrema pobreza, faltando o reconhecimento do protagonismo e engajamento de homens e mulheres em um processo sociopolítico de transformação da realidade. O CODES (2010) ressalta as ações criativas e de resistência empreendidas pelos sertanejos da região do sisal, que apostam no que há de potencial natural e cultural em sua terra, a fim de mudar os rumos de um lugar marcado pela imagem do inóspito e da sub-humanidade.

Z é, portanto, um criativo sisaleiro que, ao ser apresentado na gravação de uma de suas histórias a nós dirigida, recebe a designação de mestre na arte da oralidade, apreciador de histórias e contador de causos, piadas, anedotas e histórias. Em sua entrevista, afirma ter iniciado a contação de histórias ainda criança, como forma de entretenimento, pois, segundo ele, naquela época, não havia rádio nem televisão. A partir de então, tomou gosto por essa atividade, a exercendo até hoje. Embora

formalmente tenha declarado ser um profissional rural, participou do projeto *Griôs Sisaleiros*, que, institucionalmente, o legitima como um contador de histórias.

Quando questionado sobre a sua escolaridade, Z informou não ter estudado, afirmando, no entanto, que, apesar de não ter adquirido uma cartilha de ABC, tudo que aprendeu foi o mundo que lhe ensinou. A forma como o entrevistado coloca a questão, admitindo o pouco letramento formal, justificado por ele como consequência da condição socioeconômica de sua família, ao mesmo tempo que atesta ser conhecedor do mundo, nos faz lembrar a afirmação de Paulo Freire (1989) em *A importância do ato de ler*, de que, antes da leitura da palavra, realiza-se a leitura do mundo. Isso fica demonstrado pela ciência que o contador possui de sua condição de vida, da realidade socioeconômica do grupo ao qual pertence e do contexto de sua época, validando um outro tipo de letramento, diferente daquele que se começa com as cartilhas de ABC.

Além disso, o contador de histórias, ao compartilhar um pouco de seu percurso de vida, falou sobre as influências literárias que teve, destacando as histórias de cordel que ouvia de seu irmão, único membro da família, segundo ele, que também contava histórias. Ao pedir que falasse mais sobre seu papel de ouvinte e sobre quem lhe contava histórias, afirma veemente: "Eu mesmo fazia as histórias". Desse modo, ao mesmo tempo que Z é reconhecido como contador, se reconhece como tal, sinalizando o potencial inventivo que possui, mesmo apresentando poucos dados sobre aqueles que o influenciaram nessa arte.

Seguiremos com a realização da análise de um conto narrado por Z, considerando, também, algumas das informações que nos forneceu durante a entrevista narrativa.

APROPRIAÇÃO E RECRIAÇÃO NO ATO DE CONTAR HISTÓRIAS: (RE) INVENTANDO A BRANCA DE NEVE NO SISAL

Ao realizarmos a entrevista com Z, ele compartilhou conosco uma série de histórias, dentre elas a que iremos analisar neste trabalho. No entanto, o contador apresentou seus contos sem fornecer-lhes títulos, apenas os narrando durante o processo. Em função disso, a história a ser analisada foi intitulada por nós como *A Branca de Neve no Sisal*, denunciando, desde já, um primeiro gesto analítico, a saber, o de considerar que o contador de nossa pesquisa (re)conta a clássica história da

Branca de Neve, porém com modificações que apontam para a hipótese de que a história contada, apesar de se assentar em um texto preexistente, assume novas formas e sentidos a partir do potencial imaginativo daquele que a conta e das incorporações dos elementos socioculturais locais. O termo luzense visa demarcar, pois, o contexto sócio-histórico e geográfico, no qual o conto surge, tendo em vista Z assumir a identidade de Griô Sisaleiro da cidade de Santaluz, Bahia.

A narrativa em questão surgiu quando perguntamos a Z se ele contava histórias aos seus filhos. Afirmativamente, ele nos respondeu compartilhando, também, uma das narrativas que costumava contar à sua família. Nessa, pudemos aludir a um popular conto de fadas, qual seja, *Branca de Neve*. Contudo, uma série de elementos diferenciados nos alerta para uma outra narrativa que, na verdade, apresenta similitude com a história clássica que compõe a coletânea de contos dos irmãos Grimm (GRIMM, 2019). Por meio da análise, será possível observar as adaptações e ressignificações realizadas por Z, que atestam o enxerto e a subversão de novos elementos, mas também a manutenção de alguns da história 'original', ou melhor, tradicionalmente difundida.

De forma sintética, o conto nos apresenta o destino de Rosa Maria, uma menina que, dotada de extrema beleza, é vítima da inveja de sua mãe, denominada Ana Maria. Também bela, a mãe indaga a um espelho mágico, diariamente, qual seria a mulher mais bonita da cidade. Ao ouvir ser Rosa Maria, sua filha, Ana resolve abandoná-la na mata para ser devorada por animais. No entanto, a menina sobrevive após achar um rancho e se esconder. Ciente de sua sobrevivência, a mãe lhe envia uma penca de bananas envenenadas para liquidá-la. Contudo, Rosa Maria se mostra desinteressada e a joga fora. Ana Maria decide, então, enviar-lhe um anel mágico, instrumento que atia a ambição da moça e faz com que ela morra. Porém, um caçador, enfeitiçado pela beleza da morta, a leva para sua casa, guardando-a em seu quarto. As irmãs do homem, notando que algo está oculto e movidas por curiosidade, entram no quarto e, também encantadas com o anel, retiram-no do dedo de Rosa Maria, fazendo-a retornar à vida.

Não há dúvida, considerando alguns elementos da narrativa, que a história tem um enredo bastante semelhante ao da Branca de Neve. Isso é constatado desde o espelho que denuncia ser Rosa Maria a mais bonita da cidade, e não a sua mãe, até as tentativas de morte por envenenamento, decorrentes da inveja da mulher que outrora era a mais bonita do local. No entanto, o modo como acontece a morte, a

posição simbólica das personagens e a forma como a menina é salva são bem diferentes, sem contar a inserção de outros elementos na narrativa que diferem do conto clássico, como, por exemplo, as bananas ao invés da maçã envenenada, o anel como verdadeiro objeto de morte, a mãe no lugar da madrasta e homens comuns como cuidadores ao invés de anões. Todos, a nosso ver, apontam para uma recriação da história contada.

Em conformidade, a possibilidade de dar nova roupagem ao conto popular foi discutida por Alcoforado (2008), que sinalizou os movimentos de incorporação adaptativa das narrativas europeias no Brasil, marcadas por processos de assimilação e apropriação que se efetivam na recriação da história introduzida por parte da cultura 'receptora'. Nesse sentido, a autora demonstra a característica híbrida dos contos populares, sinalizando a integração comunitária do que se diz ser 'importado'.

Busatto (2012) corrobora esse posicionamento ao afirmar que o conto da literatura se adequa ao contexto ao qual está inserido, assumindo formas e significados específicos dele, de modo a adaptar-se "às cores e aos tons de cada povo, de cada contador que o narrou" (BUSATTO, 2012, p. 28). Por conta disso, a autora indica que novos nomes e aspectos são conferidos às histórias tradicionais, o que atesta não apenas sua entrada em outra cultura, mas a apropriação criativa por parte dela.

Logo, no ato da transmissão oral de uma narrativa por um contador, motivações, crenças, traços identitários e valores dos sujeitos e de sua cultura são veiculados no conto produzido, tornando-o funcional ao contexto sociocultural que o dissemina. Alcoforado (2008) nos dá a entender, inclusive, que a boa recepção dos contos de fadas de origem francesa no Brasil, fizeram com que houvesse ampla circulação desse tipo de conto, que foram, no entanto, adquirindo versões tradicionalizadas.

Acreditamos que a narrativa de Z ilustra esse movimento de apropriação e recriação, por meio da reconfiguração dos elementos que compõem o enredo, assim como pelas novas atribuições das personagens. A substituição da maçã por uma penca de bananas e dos anões por homens comuns, por exemplo, indicariam adequações da narrativa original ao contexto do contador. Processo semelhante é apontado por Alcoforado (2008), em versões brasileiras de *A Bela e a Fera*, em que a monstrosidade é representada de forma desviada da original, a partir de animais

típicos do contexto geofísico-social do sujeito que narra, ao invés de uma criatura mítica, inexistente na realidade concreta.

Desse modo, apesar da continuidade da narrativa oral no mundo contemporâneo e de sua presentificação, as mudanças pela qual passou demonstram que, diferente do que postulou Matos e Sorsy (2009) sobre a situação do conto popular nas sociedades orais, não se observa uma repetição intocada, mas uma reapresentação dotada de novas roupagens que, nem por isso, deixam de transmitir alguns dos aspectos e valores da cultura que a originou, bem como não perde a capacidade de afetar e emocionar aqueles que a escutam. Pelo contrário, os acréscimos, apropriações e deslocamentos apontam para o enriquecimento da obra pela inserção de novos sentidos e por uma atualização semântica, tal como sinaliza Bakhtin (2017).

Cabe destacar, no entanto, que Bakhtin (2017), ao realizar tal pontuação, estava a defender a permanência significativa da obra literária de um período em épocas posteriores e não, necessariamente, através de um processo de reconfiguração como estamos a apontar, mas pela possibilidade de significar de forma diferenciada, de se emprestar a novos sentidos, sem que haja esgarçamento no tempo. No entanto, considerando que Bakhtin (2017) entende que os elementos utilizados pelo criador são vivos, saturados de significações potenciais, estendemos seu pensamento para este trabalho, no sentido de assumir que o esqueleto do conto de fadas utilizado e suas reminiscências, ao entrarem em contato com a cultura de nosso contador, dialogam com essa, de modo a fornecer um substrato para, por meio de uma reelaboração, representar algo novo, ou mesmo, tal como pontua Bakhtin (2017), fenômenos semânticos que se encontravam de forma latente.

É preciso ressaltar, também, de modo a melhor situar as ressignificações e variações das narrativas, que quando Matos e Sorsy (2009) falam da conservação e da ausência de inovação na prática da contação, referem-se àquela das culturas eminentemente orais, de modo que se deve considerar o fato de que as inovações aqui mencionadas ocorrem em um contexto em que a oralidade e a escrita convivem em um mesmo período histórico. Para os autores, a preservação da identidade do povo, de suas memórias e de seus valores servem de “motivo pelo qual o homem da cultura oral é tão conservador e vê como temerário qualquer inovação. Ela poderia provocar a perda da memória ancestral do grupo” (MATOS; SORSY, 2009, p. 3). Assim, delineia-se a hipótese de que foi o contato com a escrita que levou às

adaptações dos contos populares. Inclusive, Alcoforado (2008) sinaliza que as novas versões dos contos de fadas, com resquícios do original, que se repetem, são índices da permuta entre o texto escrito e o conto oral.

O contador de histórias, por sua vez, inscreve-se nesse processo não apenas como transmissor de um conto de fadas, mas como atualizador da narrativa, tal como apontou Costa (2015), tendo em vista que, inserido em um período histórico e num espaço sociocultural específico, dispõe-se a narrá-la com particularidades, inserindo aspectos produzidos na sua dinâmica cultural que se mesclam com os preexistentes, apontando, conforme a autora, para a transitividade da narrativa.

Assim, valores e traços identitários do sujeito que conta são incorporados, ajustando a narrativa. Isso pode ser observado no conto de Z, se atentarmos para o objeto que conduz a morte de Rosa Maria, o anel, e para possíveis leituras atreladas a ele. Diferente da história mais comumente conhecida nos contos dos irmãos Grimm (GRIMM, 2019), cuja maçã é a desencadeadora da morte da protagonista, o anel aponta para a ambição da suposta heroína. Isso pode ser inferido por alguns aspectos apresentados no enunciado abaixo

Aí os caçador chegô e disse: “Óia aqui, que sua mãe mandou pra você!” “pra que?” “ pra você cumê” “ num quero banana, não, não quero isso, não!” Aí pegô e jogô no mato [...] Aí ela [a mãe] pegô um anel, bunito, mágico! Chegô lá : “Ói o que sua mãe mandô pra você!” Aí ela disse: bote o anel aí em cima desse tamborete, dessa mala aí, ó!” Mas o anel chamava atenção. Aí, os cara tava no mato caçando e ela foi experimentar o anel. Quando botô o anel no dedo, pá, caiu, morreu!¹⁵

É possível observar a partir desse trecho que Rosa Maria recusa o primeiro ‘presente’ da mãe, as bananas envenenadas, jogando-as no lixo. Em um primeiro momento, poderíamos pensar que o conhecimento da origem do presente – a mãe que a expulsou de casa para morrer – tenha motivado seu rechaço. No entanto, a aceitação do anel, que também lhe foi revelado de onde veio, desconstrói essa hipótese inicial e nos mobiliza a refletir se não foi a ambição que motivou a personagem a receber o objeto. Uma objeção a isso seria assumir que Rosa Maria foi vítima do encantamento do anel, em função de sua magia. Contudo, se essa perpassa a história, é possível questionar o porquê de não ter sido usada antes, quando do envio das frutas. Cabe destacar que, o tema da cobiça e do enriquecimento foi

¹⁵ A transcrição buscou preservar ao máximo as marcas de oralidade do sujeito da pesquisa.

apresentado em outras histórias de Z, cujas personagens são construídas como sagazes e mobilizadas a tirar vantagens das situações, o que corrobora a nossa inferência.

Ora, de acordo com Costa (2015), apesar das narrativas de encantamento, em sua origem, apresentarem na sua trama o comportamento exemplar do herói e as recompensas de sua boa conduta, suas recriações por um grupo diferente, dotados de outros valores e modos de vida, denunciam os movimentos de apropriação envolvidos no processo por imprimirem na história uma confusão de valores e uma desconstrução do protagonista ideal, apontando as ambivalências que lhe atravessam. No conto de Z, não apenas a cobiça de Rosa Maria aponta para uma heroína punida e não recompensada, como também as tentativas de filicídio que Ana Maria empreende desconstroem a idealização do amor materno.

Acreditamos, dessa forma, que os movimentos de desconstrução, ou mesmo de subversão, dizem respeito a uma apropriação que visa contextualizar a história para uma realidade local. Isso se daria por acréscimos e supressões, como por relevos e omissões, ou seja, por tudo aquilo que não é dito e repetido a partir da história tradicional. A ausência das posições de rainha e de princesa a Ana Maria e Rosa Maria respectivamente, bem como a substituição dos anões por três homens comuns, designados de ‘caras’, e a retirada do salvamento por um príncipe ou mesmo pelo caçador – já que Rosa Maria não é salva, mas acorda após as irmãs lhe roubarem o anel – denunciam as ações de apropriação que mencionamos acima, promovendo uma ressignificação do conto de fadas.

As marcações de papel social, nesse caso, são muito mais próximas de posições presentificadas do cotidiano, que apontam para as relações de familiaridade, mãe e filha, ou de ocupação, os caçadores. Daí a ausência da realeza ou de seres mágicos. Contudo, a magia não é apagada completamente, permanecendo pela repetição do espelho que revela a mulher mais bonita e no anel que provoca a morte da suposta heroína.

O comentário de Busatto (2012) acerca dos desdobramentos da literatura oral ao longo do tempo, de algum modo, reforça as transformações que foram mencionadas. A autora afirma que

A literatura oral sofreu alterações, como acréscimo de informações relativas à época e aos valores da comunidade onde era narrada, à omissão de detalhes que para aquele narrador eram insignificantes.

Não podemos esquecer que o contador de histórias sempre incluía elementos muito pessoais ao conto e, com isso, o transformava em matéria viva adaptada às necessidades dos seus ouvintes (BUSATTO, 2012, p. 22).

Silva (2015), ao discutir a contemporaneidade da *Chapeuzinho Vermelho*, também destaca que as diferenças apresentadas em versões de um mesmo conto de fadas salientam e distinguem os diversos contextos históricos que perpassam a narração. A autora ilustra como exemplo, a edição de 1857 do conto da *Chapeuzinho Vermelho*, que sofreu uma série de modificações e ajustes, a fim de apagar traços de violência e suavizar elementos que pudessem ser tomados como perturbadores, numa tentativa de moderação desses aspectos motivada pelos valores e ideologias vigentes no período da compilação dos contos de fadas.

De acordo com Silva, os Grimm tinham conhecimento, inclusive, da ação coletiva na construção das narrativas no âmbito da oralidade e que cada contador dava um toque especial no ato da contação, de modo que o registrado não expressava todas as suas manifestações. Magalhães (1998), sobre as apropriações das versões alemãs de *Chapeuzinho Vermelho*, afirma que

Nas versões alemãs, por exemplo, vamos encontrar um novo disfarce retórico em Chapeuzinho Vermelho: o crime do vilão é punido, a inocência é vingada. Conforme o Apêndice dos Contos de Perrault, esta diferença se deve à compaixão que demonstraram as babás alemãs por Chapeuzinho Vermelho e por sua avó. Fazem, então, aparecer o caçador como aquele que, há muito tempo, procurava o lobo para que o mundo ficasse livre dele [...] (MAGALHÃES, 1998, p. 47)

No entanto, faz-se mister destacar que, de acordo com Alcoforado (2008), a permanência de padrões característicos da história 'original', tende a atestar que os movimentos de apropriação decorrem do contato com a história escrita. Segundo a autora, no processo de assimilação e recriação de uma dada narrativa, “a mesclagem não impede o aflorar de certos traços e padrões remanescentes da fonte de origem” (ALCOFORADO, 2008, p. 131). Em relação a isso, é preciso, no entanto, salientar que Z, na condição de analfabeto, pode não ter tido contato direto com o conto em sua modalidade tipografada. No entanto, provavelmente, as versões que escutara ou assistira podem ter sido resultado de uma recriação que teve como base o conto escrito da Branca de Neve. Isso é possível, até porque, de acordo com Costa (2015), a contação tem assumido vários formatos e mediações na atualidade.

Desse modo, algo do que foi apropriado se manifesta mesmo após mudanças significativas no enredo e nas personagens, denunciando, portanto, não só a recepção por parte do que se repete, mas o próprio processo de reformulação, atribuindo novos elementos e, por conseguinte, novos sentidos e significações. Acreditamos que esse modo de funcionamento criativo que elabora uma história, transformando-a, tem influência da capacidade imaginativa de todo sujeito, que, segundo Freud (2020), faz uso dos elementos da realidade, a reconfigurando de modo a corrigir alguma incoerência ou insatisfação. Não é difícil observar em aspectos das histórias de Z uma reconstrução que aponte para a vivência de uma satisfação, uma conquista por parte da personagem ou sua capacidade de driblar infortúnios.

Notamos, por exemplo, que Rosa Maria não se mostra uma garota frágil que se perde e se deixa morrer em uma floresta, mas antes consegue sobreviver, a princípio, sem ajuda, diferente do que acontece na história original da Branca de Neve, que sobrevive por conta da ajuda dos anões, apesar da história apontar para a existência de três 'caras' que, ao encontrá-la, decidem criá-la. Porém, a menina perdida, sozinha, se acha e organiza seu espaço, antes mesmo da chegada de seus ajudantes. Além disso, a personagem não se deixa convencer na primeira tentativa de matá-la, recusando a oferta das bananas envenenadas.

Outro aspecto da mudança na história que, inclusive, reduz os elementos mágicos presentes no conto de fadas original, é o fato da mãe não ir ao encontro de Rosa Maria disfarçada de uma velha senhora, mas mandar os caçadores enviarem as bananas como presente. Longe de ver como um ato de remissão por parte da mãe, a menina apenas rejeita as frutas, questionando a razão do envio.

Portanto, a recriação do conto de fadas realizada por Z confere uma nova roupagem com algumas inversões e paródias, tal como apontou Costa (2015), que sinaliza a permanência desse tipo de narrativa na contemporaneidade, de modo a compor o repertório dos contadores, mas incorporando novidades e se prestando a novas temáticas por meio dessas incorporações.

Corso e Corso (2011), ao analisarem os contos de fadas da atualidade, demonstram que, diferente do que postulou Bettelheim (2015), as histórias não mais apresentam heróis e vilões típicos, mas antes revelam suas ambivalências e desejos que nem sempre convergem com uma visão moralizada e dicotômica de bem e de mal, de certo e errado, refletindo uma mudança não só da correspondência entre o ficcional da história e os elementos da realidade – embora mantendo algum aspecto

do maravilhoso –, como também a função dos contos, que, talvez, como nos dá a entender Corso e Corso (2011), esteja mais a servir de palco projetivo a todas as possibilidades do humano.

Assim, em relação ao conto analisado, destacamos, por fim, que o processo de sobrevivência no contexto sociocultural – a região sisaleira – marcado, tal como o contador nos apresenta em entrevista, por fome e pobreza, mostra que é muito mais inverossímil apresentar príncipes e princesas e uma série de personagens mágicas, sendo mais valorativo um herói que agrega à sua forma de estar na narrativa, elementos como a esperteza, sagacidade, não ingenuidade, ambição e orgulho.

Isso mostra que Z compõe uma história ressignificada e de apropriação contextualizada, denunciando que a protagonista não pode confiar na certeza de um destino típico de final feliz, a não ser que tenha a postura de sobrevivência e de se posicionar diante da vida. Contudo, dizer isso não significa anular as características centrais de um conto de fadas, já que o mágico e o maravilhoso permanecem no seu enredo, revelando o misto de realidade e magia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos, neste trabalho, analisar os processos de apropriação e recriação realizados por um contador de histórias da cidade de Santaluz, Bahia, no ato da contação. Para tanto, fizemos uso de referenciais teóricos, tais como Alcoforado (2008), Busatto (2012) e Costa (2015) que discutem a plasticidade da contação e os movimentos de modificação e adequação contextual realizados pelos contadores ao narrar uma dada história.

A análise de uma história produzida por Z, um griô sisaleiro, morador da cidade de Santaluz, Bahia, aponta para a reconstrução do conto de fadas *Branca de Neve*, através da incorporação de elementos próximos da história de vida do contador, assim como pela supressão de aspectos da narrativa ‘original’ que tem pouca relação com o contexto ao qual o sujeito de nossa pesquisa está inserido.

Desse modo, as substituições da maçã por uma penca de bananas, dos anões por homens comuns e da madrasta pela mãe apontam para a introdução de elementos mais próximos do cotidiano e menos atrelados ao maravilhoso, que, por conseguinte, adequam a narrativa e a contextualizam. Também a destituição das posições de realeza, típica dos contos de fadas, tornam a narrativa de Z mais familiar e local.

Contudo, a história repete elementos da conhecida narrativa da Branca de Neve e conserva, em parte, a natureza mágica dos contos de fadas, desconstruindo, no entanto, a identidade padrão da heroína desse gênero literário, que, ao invés de ingênua, assume uma postura mais sagaz e ambiciosa. A desconstrução do ideal de amor materno e do amor romântico também ressignificam a história pela incorporação de novos valores, denunciando a apropriação da história pelo contador, bem como sua reconstrução, que estão refletidos na nova roupagem e significação que o conto apresenta.

Logo, o conto de Z, por nós intitulado *Branca de Neve no Sisal*, ilustra e corrobora o pressuposto de que há processos de apropriação e recriação por parte dos contadores de histórias, no ato da contação, que promovem a adequação da narrativa ao modo de vida do sujeito e à sua cultura, ao mesmo tempo que dá indícios de que a narrativa oral não está marcada exclusivamente pela repetição e transmissão dos valores fixos de um povo, mas assume lugar de metáfora, emprestando-se à pluralidade de sentidos, e se caracteriza pela reinvenção atrelada à criatividade do contador, que pode fazer uso dos contos que ouviu como substratos para as suas narrativas, acrescentando elementos e moldando a história de modo a refletir o seu contexto e promover agenciamentos de novos sentidos com a narrativa que lhe serviu de base.

Daí a protagonista de Z ter nome e não papel de princesa, ser sagaz ao invés de inocente, poder cobiçar algo que leve a um novo estilo de vida e não acordar com um beijo, mas por um desencantamento que se dá, também, por um gesto de cobiça. Acreditamos que esses novos aspectos não só reconfiguram a história, alinhando-a à vida de uma pessoa pobre da região do sisal, como também desromantizam a visão do pacífico nordestino sofredor, que, diferente da Branca de Neve dos contos clássicos, não pode se valer da pura magia para resistir às adversidades.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. A recriação do conto popular. **Boitató - Revista do GT de literatura oral da ANPOLL**, v.3, n.especial, p. 131-142, 2008. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/30955>> Acesso em 15 de abr. de 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 30 ed. Tradução: Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

BUSATTO, Cléo. **Contar e encantar**: pequenos segredos da narrativa. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CODES. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. Valente: CODES, 2010.

CORSO, Diana. Lichtenstein.; CORSO, Mario. **A psicanálise da terra do nunca**: ensaios sobre a fantasia. Porto Alegre: Penso, 2011.

COSTA, Edil. Silva. O contador de histórias tradicionais: velhas e novas formas de narrar. In: MEDEIROS, Fábio Henrique Nunes; MORAES, Taiza Mara Rauen (Orgs.). **Contação de histórias**: tradição, poéticas e interfaces. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREUD, Sigmund. (1908) O poeta e o fantasiar. In: FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Tradução: Ernani Chaves. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

GRIMM, Jacob. **Contos de fadas dos irmãos Grimm**. Tradução: Thalita Uba. Jandira, SP: Principis, 2019.

MAGALHÃES, Sônia Campos. **Novas velhas histórias**. In: MENGARELLI, Jandyra Kondera (Org.). Dos contos em cantos. Salvador: Ágalma, 1998.

MATIAS, Lígia Borges. O valor da narrativa na pós-modernidade. In: TIERNO, Giuliano (Org.). **A arte de contar histórias**: abordagens poética, literária e performática. São Paulo: Ícone, 2010.

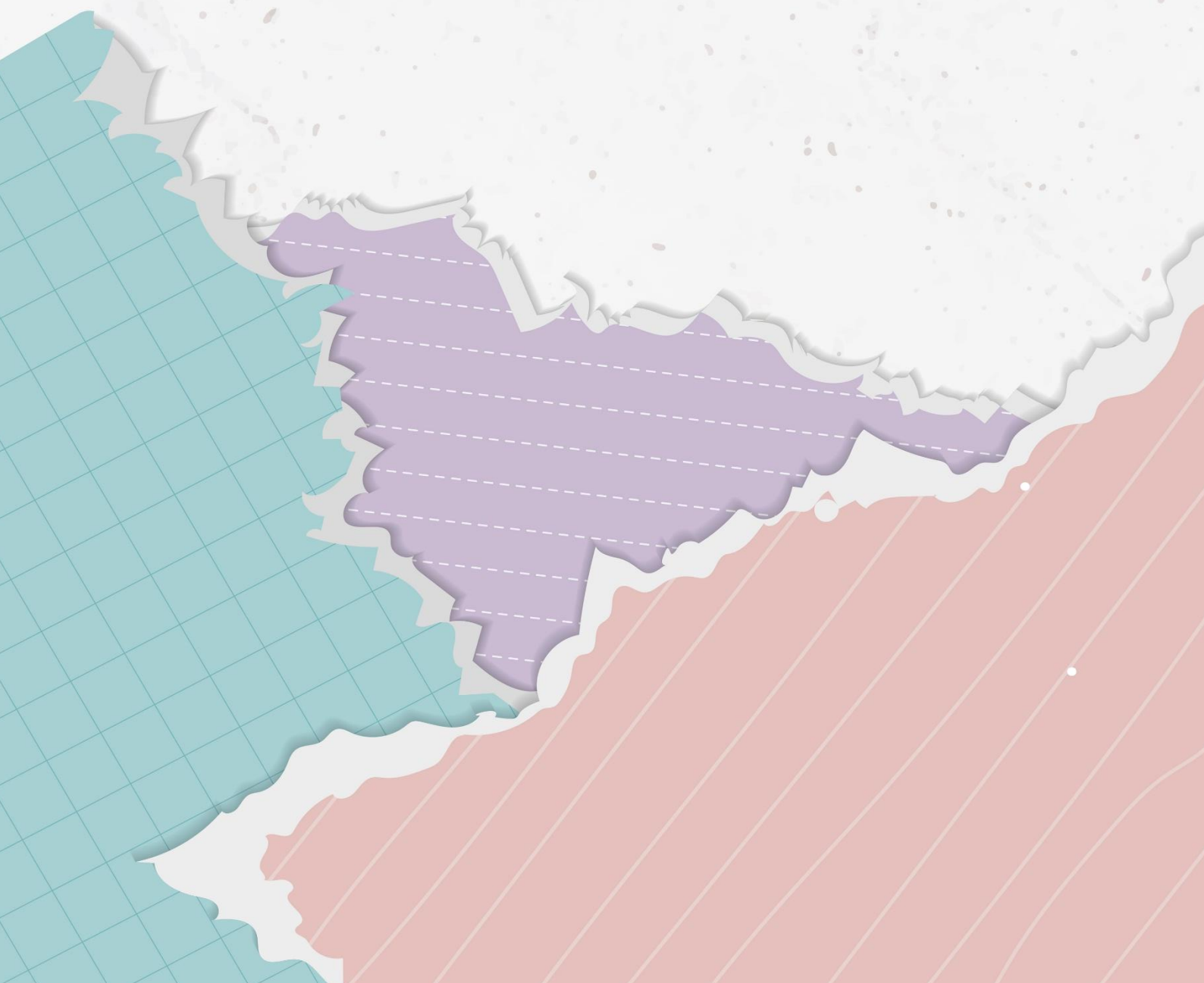
MATOS, Gislayne Avelar; SORSY, Inno. **O ofício do contador de histórias**: perguntas e respostas, exercícios práticos e um repertório para encantar. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

SILVA, Cleber Fabiano. Por onde anda a chapeuzinho vermelho? os contos de fadas do clássico ao contemporâneo. In: MEDEIROS, Fábio Henrique Nunes.; MORAES, Taiza Mara Rauen. **Contação de histórias**: tradição, poéticas e interfaces. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

Capítulo 4

**LUSITANIDADE CARNAVALIZADA – O “HERÓI”
PORTUGUÊS NO IMAGINÁRIO DAS ESCOLAS DE
SAMBA DO RIO DE JANEIRO**

Leonardo Augusto de Jesus



LUSITANIDADE CARNAVALIZADA – O “HERÓI” PORTUGUÊS NO IMAGINÁRIO DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO

Leonardo Augusto de Jesus¹⁶

*Cenógrafo, figurinista e artista do carnaval. Mestre em Historia del Drama – UAH;
Doutorando em Artes Visuais – UFRJ; Pesquisador Organizador do Núcleo de
Estudos de Carnavais e Festas – NesCaFe.*

RESUMO

Nas primeiras décadas de competição, o regulamento dos desfiles das Escolas de Samba do Rio de Janeiro impunha a obrigatoriedade de enredos nacionalistas. Apesar de originadas em comunidades periféricas da cidade e compostas principalmente por negros, as Escolas de Samba serviam aos objetivos pedagógicos de uma história oficial de heróis portugueses ou lusodescendentes e amenizavam as tensões raciais e sociais no Brasil. Assim, ao emular a historiografia luso-brasileira em suas apresentações, atuavam para a consolidação de uma memória colonial do herói lusitano no imaginário carioca e nacional. A partir do final da década de 1980, o GRES. Unidos da Tijuca notabilizou-se por desenvolver narrativas carnavalescas que abordavam fatos da historiografia portuguesa anteriores à própria colonização do Brasil. No século XXI, uma nova perspectiva alcançou a epistemologia carnavalesca e reverberou na carnavalização da lusitanidade e em seus desdobramentos imagéticos no mundo do samba. A partir de um giro decolonial, os enredos começaram a tomar a história a contrapelo para problematizar as relações entre colonizadores e colonizados. Este artigo pretende, desta forma, demonstrar as transformações que afetaram a figura do herói português nas visualidades apresentadas pelas Escolas de Samba do Rio de Janeiro desde o seu surgimento até o advento de um pensamento decolonial na atualidade.

Palavras-chave: Lusitanidade. Escolas de Samba. Imaginário. Decolonialidade.

ABSTRACT

In the first decades of competition, the rules of the Samba Schools of Rio de Janeiro parades imposed the obligation of nationalist themes. Despite having their origin in peripheral communities of the city and composed mainly of black people, the Samba Schools served the pedagogical objectives of an official history of Portuguese heroes or Portuguese descendants and alleviated racial and social tensions in Brazil. Likewise, by emulating Luso-Brazilian historiography in their presentations, they acted to consolidate a colonial memory of the portuguese hero at the imaginary carioca and national. Since the 1980s, the GRES. Unidos da Tijuca stood out for developing carnival narratives that addressed facts of Portuguese historiography prior to the colonization of Brazil. In the 21st century, a new perspective reached the carnivalesque epistemology and had repercussions on the carnavalization of the portuguese identity

¹⁶ Doutorando em Artes Visuais – Imagem e Cultura/PPGAV-EBA-UFRJ, leojesus@eba.ufrj.br.

and its imaginary developments in the world of samba. On a decolonial turn, the themes began to present a new perspective of the history to problematize the relations between colonizers and colonized. This article intends, in this way, to demonstrate the transformations that affected the figure of the portuguese hero in the visualities presented by the Samba Schools of Rio de Janeiro since the beginning until the advent of a decolonial thought in the present time.

Keywords: Portugueseness. Samba Schools. Imaginary. Decoloniality.

INTRODUÇÃO

As Escolas de Samba do Rio de Janeiro surgiram ao longo da década de 1920 e realizaram a primeira competição entre si em 1932, organizada pelo jornal *Mundo Sportivo* e idealizada por Saturnino Gonçalves, do bloco Estação Primeira (FERNANDES, 2001, p. 75). O primeiro desfile realizou-se na Praça Onze, conhecida como Pequena África, ponto central de uma região habitada pela comunidade negra, que incluía os bairros do Estácio de Sá, Rio Comprido, Catumbi, Cidade Nova, Saúde, Gamboa e Santo Cristo (CABRAL, 2001, p. 71).

Apesar de se esforçarem por manter a pureza de uma herança cultural africana em terras cariocas, os sambistas foram assumidos como essência de brasilidade, como símbolo e síntese de uma identidade nacional pelos intelectuais modernistas. Por outro lado, a partir de 1934, o regulamento da competição reforçou o nacionalismo nos enredos ao impor a obrigatoriedade de motivos patrióticos nos temas escolhidos. Desta forma, já a partir da terceira competição entre si, as Escolas de Samba viram-se obrigadas a recorrer à historiografia oficial do Brasil como inspiração temática para seus enredos.

Ao mesmo tempo em que legitimava as manifestações culturais de matriz africana enquanto componentes de uma identidade nacional, o Estado as mantinha sob controle e tentava domesticá-las para retirar-lhes seus aspectos africanos mais expressivos e explícitos. Tese defendida não apenas pelos governantes, mas por intelectuais e personalidades públicas do começo do século XX, como o jornalista Sílvio Moreaux, que utilizava sua coluna *Notas Radiofônicas*, publicada na década de 1940, para reivindicar o embranquecimento da música popular e livrar o Brasil de “ideias africanistas”, “evitando-se a possibilidade de assuntos apologistas de baixezas, como as macumbas e as malandragens” nas canções de carnaval (JORNAL DO BRASIL, 22/02/1942, 2ª seção, p. 4). Em 1948, segundo Simas e Fabato, o

regulamento instituiu a obrigatoriedade não só de enredos nacionais, mas com finalidades nacionalistas (2015, p. 23). Ao longo dos anos 1940, portanto, consolidou-se a proposta de um desfile com objetivos pedagógicos explícitos, no qual se desenvolviam “enredos ufanistas-nacionalistas”, que abordavam a História oficial do Brasil, “retirada dos livros escolares, retratando as grandes batalhas, os fatos políticos marcantes e seus personagens” (FARIAS, J.C., 2007, p. 18)¹⁷.

Com a obrigatoriedade de emular a historiografia oficial brasileira, os enredos tangenciaram também a lusitanidade ao abordarem fatos comuns à História de Portugal, principalmente o período colonial brasileiro. Desde as primeiras décadas da manifestação, portanto, os sambistas participaram da partilha do tecido sensível no Rio de Janeiro ao consolidar e transmitir a memória colonial brasileira no imaginário carioca sob a imagem carnavalesca.

Como nos lembra Pitta (2017), as imagens (míticas, literárias ou visuais) formam-se ao redor de uma orientação fundamental composta pela sensibilidade, sentimentos e emoções próprios de uma cultura, e pelo conjunto da experiência individual e coletiva. As visualidades das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, portanto, devem ser entendidas como testemunhos de determinado inconsciente coletivo, constituído por um conjunto de imagens que compõem o patrimônio pensado da população carioca e que evidenciam a forma como a cultura do mundo artístico do samba¹⁸ estabelece a relação entre suas pulsões subjetivas e o meio físico, histórico e social da cidade.

A LUSITANIDADE NAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO

Ao analisar as temáticas abordadas pelas Escolas de Samba ao longo das três primeiras décadas de desfiles é possível observar a recorrência de determinados eventos relevantes tanto à História do Brasil quanto à de Portugal, como o Descobrimento e a Independência do Brasil, a fundação da Cidade de São Sebastião

17 Ressalte-se que a intervenção do poder público nas escolhas temáticas das agremiações intensificou-se nos desfiles nos períodos ditatoriais no Brasil – durante a Era Vargas (1930/1945) e durante o Governo Militar (1964/1985).

18 A expressão corrente “mundo do samba”, segundo Leopoldi, “circunscreve um conjunto de manifestações sociais e culturais, emergentes nos contextos em que o samba predomina como forma de expressão musical, rítmica e coreográfica”, cujas instituições mais expressivas são as Escolas de Samba (Leopoldi, 2010, p. 61). Compreendo o mundo do samba como um mundo artístico no sentido atribuído por Becker: “conjunto de pessoas e organizações que produzem os acontecimentos e objetos definidos por esse mesmo mundo como arte” (1977, p. 9).

do Rio de Janeiro e seu passado colonial, além da transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Para exemplificar, dentre a relação dos temas apresentados pelas principais agremiações no período, destaco os seguintes enredos: *Legados de D. João VI* (Portela, 1957); *D. João VI ou Brasil Império* (Império Serrano, 1957); *Vultos e efemérides do Brasil* (Portela, 1958); *Viagem pitoresca através do Brasil – Debret* (Salgueiro, 1959); *Reminiscências do Rio antigo* (Mangueira, 1961); *O descobrimento do Brasil* (Salgueiro, 1962); *Rio dos Vice-Reis* (Império Serrano, 1962); *Rio de ontem e de hoje ou Exaltação a Mem de Sá* (Império Serrano, 1963); *Histórias e tradições do Rio quatrocentão* (Portela, 1965); *Cinco bailes tradicionais na história do Rio* (Império Serrano, 1965); *História da liberdade no Brasil* (Salgueiro, 1967).

Em geral, os enredos abordavam a lusitanidade de forma sempre positiva. Portugal era citado como a nação que revelou ao mundo o Brasil, que fundou, trouxe o progresso e modernizou a sociedade brasileira. Analisemos mais detalhadamente a composição do samba-enredo que embalou o desfile da Portela em 1957:

Quando veio para a nação / Que mais tarde o consagraria / D. João VI, o nobre magistrado / Ao passar pelo estado da Bahia / Instituiu novo texto / Abrindo os portos do Brasil / Para o mercado universal / Logo após seguiu o seu roteiro / Com destino ao Rio de Janeiro / Quando aqui chegou, desembarcou com toda família real / Incomensurável séquito / Vulto de notável mérito / O eminente príncipe-regente / Um ano depois Sua Alteza / D. João ordenou / A invasão da Guiana Francesa / E depois criou com sabedoria / Academia da Marinha, Museu Nacional / Escola de Belas Artes / Também o primeiro jornal / Mais tarde o povo aclamou / Esta figura de grande marca / Unidos em coros mil / Viva o grande monarca / Regente dos destinos do Brasil (CANDEIA et al., 1957)¹⁹.

Chamam atenção os adjetivos atribuídos a D. João VI. O Rei é descrito como “nobre magistrado”, “vulto de notável mérito”, o “eminente príncipe-regente” que se tornou “o grande monarca Regente dos destinos do Brasil”. Imagens literárias que apenas evidenciavam a grandiosidade e a nobreza da figura real e cujas características, no imaginário da população carioca, se estendiam ao “incomensurável séquito” de lusitanos que aqui desembarcou em 1808. As relações entre o Rei e o desenvolvimento da cidade são tomadas apenas por seus aspectos positivos, sem qualquer problematização. Tampouco se menciona o processo de instalação da Corte

19 Composição de Candeia, Picolino e Waldir 59. Letra e áudio (gravação de Martinho da Vila) disponíveis em ><https://www.letras.mus.br/martinho-da-vila/287391/>>. Acesso em 30, jun. 2022.

no Rio de Janeiro e a requisição de residências com expulsão dos moradores para abrigar os nobres europeus.

Quanto às visualidades apresentadas pelas Escolas de Samba àquele tempo, há que se registrar que a produção de imagens carnavalescas vinculadas à temática do enredo se consolidou ao longo das décadas de 1960 e 1970. Até os anos 1950, fantasias e alegorias não apresentavam necessariamente uma relação de representação do enredo: qualquer que fosse o enredo proposto, eram comuns em todos os desfiles as “cabeleiras brancas de algodão e as fantasias de nobres” (Cabral, 2011, p. 136), o que também evidencia não só o papel de destaque que a nobreza portuguesa assume nas visualidades carnavalescas nas primeiras décadas de desfiles, mas também a forma como a imagem do cidadão lusitano em geral se integra ao inconsciente estético da cidade e ao imaginário dos primeiros sambistas cariocas.

A experiência lusitana da Unidos da Tijuca

A valorização da lusitanidade no imaginário carnavalesco hiperbolizou-se a partir do final da década de 1980, com as apresentações da Unidos da Tijuca, uma das mais antigas Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Campeã na disputa de 1936, a agremiação tijuca permaneceu duas décadas desfilando na segunda divisão de disputa e retornou ao grupo das principais Escolas de Samba no começo dos anos 1980, quando iniciou uma nova fase em sua trajetória. Fernando Horta, cidadão português residente no Rio de Janeiro, assumiu a presidência da Unidos da Tijuca no final daquela década, o que parece ter influenciado as escolhas temáticas dos desfiles seguintes da agremiação. A partir de sua gestão, a Unidos da Tijuca desenvolveu diversos enredos relacionados à lusitanidade.

Em 1989, apresentou *De Portugal à Bienal no país do Carnaval*. No ano seguinte, desenvolveu o enredo *E o Borel descobriu, Navegar foi preciso*. Ao contrário da abordagem já consolidada nas Escolas de Samba do Rio de Janeiro, em que se verifica um tangenciamento da lusitanidade em aspectos históricos ou culturais comuns ao Brasil e a Portugal, a Unidos da Tijuca apresentou, naquele ano, pela primeira vez um enredo historiográfico que retrocedia a eventos anteriores ao próprio descobrimento do Brasil.

Na segunda alegoria, intitulada *Tomada de Ceuta*, cavaleiros cristãos eram apresentados em meio a elementos arquitetônicos de um palácio muçulmano. Mais

adiante, o destaque principal do carro alegórico *Grandes Navegações* representava o Infante Dom Henrique, figura histórica que mereceu também uma ala fantasiada em sua referência. Cruzes de Malta decoravam as velas de esculturas em forma de embarcações na alegoria *Caravelas*. As conquistas na África, na Ásia e na América do Sul também foram representadas em outros carros alegóricos daquele desfile.

Após a abordagem historiográfica, apresentaram-se as contribuições culturais de Portugal: uma alegoria homenageava a literatura portuguesa e transcrevia o poema *Mar português* na representação escultórica de uma folha de papel; outro carro alegórico apresentava a musicalidade portuguesa e o universo cultural do fado; os tradicionais galos de Barcelos mereceram uma alegoria para si em um desfile que foi encerrado com uma escultura da Torre de Belém à brasileira, rodeada por componentes vestidos com fantasias nas cores verde e amarela.

Figura 1 – A chegada às Índias em representação alegórica. Unidos da Tijuca, 1998.



Fonte: Wigder Frota. Imagem gentilmente cedida de seu acervo pessoal.

Figura 2 – Alegoria em referência às navegações portuguesas. Unidos da Tijuca, 2000.



Fonte: Wigder Frota. Imagem gentilmente cedida de seu acervo pessoal.

No que se refere à abordagem temática da lusitanidade, destacam-se ainda os seguintes enredos desenvolvidos pela Unidos da Tijuca: *De Portugal à Bienal no país do Carnaval*, em 1989; *Viagem pitoresca pelos cinco continentes num jardim*, apresentado no carnaval de 1997; *De Gama a Vasco, A epopéia da Tijuca*, desenvolvido em 1998 (figura 1); *Terra dos Papagaios... Navegar foi Preciso!!!*, no ano 2000 (figuras 2 e 3) e *O sol brilha eternamente sobre o mundo de língua portuguesa*, em 2002.

Mas apesar do pioneirismo da Unidos da Tijuca em abordar a lusitanidade através de fatos e personagens históricos anteriores ao descobrimento do Brasil, ainda não se observava qualquer grande problematização nas imagens carnavalescas produzidas para os desfiles. A carnavalização da lusitanidade ainda se dava a partir da perspectiva colonial, que tomava o herói português por seus méritos, sem considerar as consequências negativas de suas ações para a sociedade brasileira.

Na figura 3, observa-se a carnavalização do encontro de homens colonizadores e mulheres indígenas. Sabe-se que mais que um encontro, tratou-se de um choque

do qual decorreram diversos conflitos e consequências nefastas para os povos originários do Brasil, especialmente no que se refere às mulheres.

Figura 3 – Colonizadores e mulheres indígenas em alegoria da Unidos da Tijuca, 2000.



Fonte: Wigder Frota. Imagem gentilmente cedida de seu acervo pessoal.

A lusitanidade após o giro decolonial nas Escolas de Samba do Rio de Janeiro

A partir deste século o pensamento deconial alcança a epistemologia das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e afeta a carnavalização da lusitanidade. Em 2006, a Unidos de Vila Isabel apresentou o enredo que considero o marco inaugural da decolonialidade nos desfiles. *Soy loco por ti, América: A Vila canta a latinidade* desconstruía a idealização do europeu e valorizava o papel dos povos originários e africanos na construção identitária do continente. Verdadeiro giro decolonial em seus aspectos epistemológicos.

Abriu-se a partir de então um caminho que foi trilhado por outras Escolas de Samba. Mas o momento mais notável no processo decolonizador do mundo artístico do samba ocorreu na apresentação da Mangueira em 2019. Com o enredo *História para ninar gente grande*, a agremiação convocou a reler a historiografia do Brasil e atribuiu protagonismo a negros, índios e mestiços em diversos fatos históricos do país.

Tornou-se célebre a imagem da bandeira pátria em verde-e-rosa, com a inscrição *Índios, negros e pobres* em lugar de *Ordem e progresso*, que após o desfile foi exposta no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Figura 4 – Comissão de frente da Mangueira, 2019.



Nota. Fonte: Wigder Frota. Acervo pessoal.

Tanto nos aspectos literários como visuais daquele desfile, o herói lusitano ou lusodescendente foi tomado não por suas glórias, mas por seus crimes, como reivindica Walter Mignolo (2017). A apresentação reestruturou os conceitos históricos ao relativizar os papéis dos heróis e mitos brasileiros e convocou o imaginário nacional a uma releitura carnavalizada de tudo que parecia natural nos livros de História do Brasil. Para evidenciar como o pensamento decolonial afetou a carnavalização da lusitanidade, tomo como exemplo a comissão de frente, que encenou os versos do samba que afirmam que “Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento/Tem sangue retinto pisado/Atrás do herói emoldurado/Mulheres, tamoios, mulatos/Eu quero um país que não está no retrato” (MIRANDA et al., 1957)²⁰. Componentes fantasiados como heróis lusodescendentes desfilaram em um tripé que reproduzia uma parede em que apareciam emoldurados; à sua frente desfilavam componentes

20 Composição de Tomaz Miranda, Ronie Oliveira, Márcio Bola, Mamá, Deivid Domênico e Danilo Firmino. Letra e áudio (gravação oficial da LIESA) disponíveis em <<https://www.letras.com.br/samba-enredo/mangueira-2019>> . Acesso em 07, jul. 2022.

fantasiados como indígenas e africanos para simbolizar a luta dos povos colonizados contra os portugueses no Brasil (figura 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desfile das Escolas de Samba constitui manifestação oriunda da cultura popular de origem africana no Rio de Janeiro que, ao longo de sua história, transformou-se em espetáculo audiovisual caracterizado por uma pluricodicidade: apresenta-se como lugar onde concorrem múltiplos sistemas de significação e promove com seus espectadores uma comunicação complexa na qual se integram elementos significantes de diversos sistemas de códigos, a conjugar signos sonoros, rítmicos, coreográficos, literários e visuais.

Ademais, em suas primeiras décadas de existência, as Escolas de Samba atuaram decisivamente na partilha do tecido sensível no Rio de Janeiro em favor de suas comunidades. Através de pequenos núcleos organizados, populações periféricas adquiriam o direito de ocupar o centro da cidade, ainda que apenas no período do carnaval. Farias, E. S. atribui aos primeiros sambistas a função de mediadores culturais entre as camadas periféricas e os segmentos médios da sociedade urbana carioca, em um contexto “no qual seu poder é naturalizado pela solidificação de uma tradição nacional que os conforma como figuras de brasilidade e herdeiros do passado colonial e da ancestralidade africana” (1995, p. 178).

Desta forma, a lusitanidade, que integrava o imaginário carioca pelo menos desde a chegada da Família Real de Portugal à cidade em 1808, compôs também o inconsciente estético no mundo do samba. Os primeiros desfiles produziram imagens relacionadas ao passado colonial brasileiro – fantasias de nobres e damas da corte portuguesa – independente do tema escolhido como enredo para seus desfiles.

Relativamente às escolhas temáticas, há que se ressaltar que, com a obrigatoriedade de apresentação de enredos nacionalistas, os sambistas voltaram-se à historiografia oficial e tangenciaram fatos e personalidades relevantes também a Portugal. Nas primeiras décadas, os portugueses foram apresentados nos desfiles por seus méritos e pelos aspectos positivos na relação entre Brasil e Portugal. No final dos anos 1980, notabilizaram-se os desfiles da Unidos da Tijuca por valorizarem ainda mais a lusitanidade ao abordá-la em questões históricas anteriores mesmo ao descobrimento do Brasil pelos portugueses.

Entretanto, a partir da primeira década deste século, o pensamento decolonial alcança a epistemologia carnavalesca e promove um giro de 180º na perspectiva com que a lusitanidade é tomada no imaginário do mundo do samba e apresentada nas visualidades dos desfiles. Atualmente, dentro de um contexto de valorização e empoderamento dos povos anteriormente colonizados, as Escolas de Samba do Rio de Janeiro apresentam, em seus enredos, fantasias e alegorias, os aspectos negativos da relação com os colonizadores.

Portanto, as Escolas de Samba, enquanto conjunto de percepções relativas a uma forma de ocupação espaçotemporal no Rio de Janeiro, repartem e compartilham o visível e o dizível, o saber e o fazer. Ao carnavalizar a lusitanidade, convocam a refletir sobre as relações históricas dos portugueses com os povos originários do Brasil e as populações africanas escravizadas. Assim, emancipam os espectadores dos desfiles para que tomem partido na partilha do tecido social sensível do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S. Mundos artísticos e tipos sociais. In: VELHO, Gilberto (org.). **Arte e sociedade: Ensaio de Sociologia da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 9-26.

CABRAL, Sérgio. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editorial Nacional, 2011.

FARIAS, Edson S. **O desfile e a cidade: O carnaval-espetáculo carioca**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

s, J. C. (2007). *O enredo de escola de samba*. Literis Ed.

FERNANDES, N. N. **Escolas de samba: Sujeitos celebrantes e objetos celebrados**. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

GUIMARÃES, Helenise M. **Carnavalesco, o profissional que “faz escola” no carnaval carioca**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Rio de Janeiro, UFRJ, EBA, 1992.

LEOPOLDI, J. S. **Escola de samba, ritual e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

PITTA, D. P. R. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Editora CRV, 2017.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, Vol. 32, nº 94, junho/2017.

_____. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR,1(1), pp. 12-32, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. São Paulo: Ed. 34, 2009a.

_____. **A partilha do sensível**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009b.

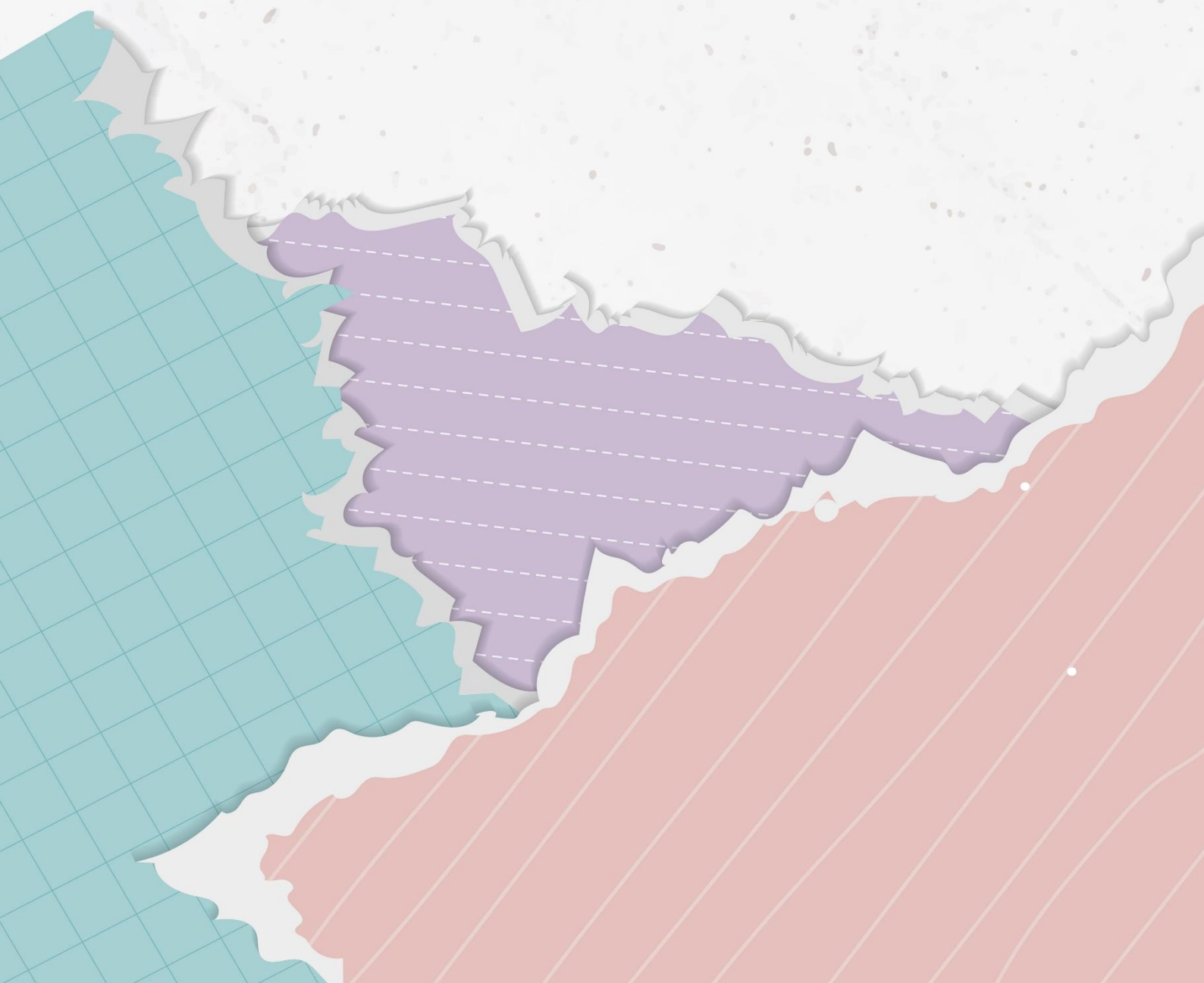
_____. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a.

SIMAS, L. A.; FABATO, F. **Pra tudo começar na quinta-feira**: O enredo dos enredos. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

Capítulo 5

**VIESES COGNITIVOS E MÉTODOS DE
ESTABELECEER CRENÇAS NA ERA DA PÓS
VERDADE**

Alessandro Ferreira da Silva Filho
Tarcísio de Sá Cardoso



VIESES COGNITIVOS E MÉTODOS DE ESTABELECEER CRENÇAS NA ERA DA PÓS VERDADE

Alessandro Ferreira da Silva Filho

*Graduando do curso de Comunicação Social – Produção em Conhecimento em
Cultura, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.*

alessandrofsf13@gmail.com

Tarcísio de Sá Cardoso

Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação da UFBA. E-mail:

tcardoso@ufba.br

RESUMO

Este artigo visa discutir como os vieses cognitivos estão relacionados com a formação de crenças na era da pós-verdade. Para discutir a influência na determinação de crenças, e os modos como são produzidas e disseminadas, não necessariamente, a partir de fatos, nos propomos a retomar as leituras do texto “A fixação das crenças” (Peirce, 1993[1877]), e “Post-Truth” (2018) de McIntyre. Além desses autores, iremos nos basear em notícias e acontecimentos sociais relevantes em nosso tempo, tentando entender como as tendências enviesadas da mente passaram a ser alvo de disputas que utilizam o caráter opinativo, contrário ao método investigativo e possuem finalidade política na condução da desinformação. Após o final dessa etapa de pesquisa, foi possível concluir a importância de resgatar uma abordagem pragmatista da filosofia do conhecimento, além de reiterar a importância da busca por avaliar métodos de estabelecer crenças.

Palavras chave: Pós-verdade. Vieses cognitivos. Crença.

RESUME

This article aims to discuss how cognitive biases are related to belief formation in the post-truth era. In order to discuss the influence on the determination of beliefs, and the ways in which they are produced and disseminated, not necessarily, based on facts, we propose to resume the readings of the text “The fixation of beliefs” (Peirce, 1993[1877]), and “Post-Truth” (2018) by McIntyre. In addition to these authors, we will base ourselves on news and relevant social events in our time, trying to understand how the biased tendencies of the mind have become the target of disputes that use an opinionated character, contrary to the investigative method and have a political purpose in conducting disinformation. After the end of this research stage, it was possible to conclude the importance of rescuing a pragmatist approach to the philosophy of knowledge, in addition to reiterating the importance of seeking to evaluate methods of establishing beliefs.

Keywords: Post-truth. Cognitive biases. Belief.

PÓS-VERDADE E OS VIESES COGNITIVOS

O conceito de pós-verdade vem sendo discutido desde 2016 no âmbito das ciências da comunicação. Para McIntyre (2018), a novidade da noção de pós-verdade não é a falsidade, nem a enganação, nem a propaganda (temas, aliás, conhecidos na ciência da comunicação desde os seus primórdios), mas sim por uma dupla articulação entre sentimentos e mecanismos de dominação política. Isto porque, para o autor, por um lado, estamos vivenciando o notável fenômeno de sentimentos serem mais importantes que fatos na formação de opiniões sobre o mundo empírico e, por outro, pelo fato de a verdade estar sendo desafiada por um mecanismo sociotécnico de criação de dominação política (McIntyre, 2018, p. XIV).

Com a circulação de informações, que passam por processos de ressignificação e lapidação, cujo objetivo é criar narrativas e disseminar conteúdos previamente pensados para gerar crenças de um tipo ou de outro, visando angariar adeptos a uma causa e se perpetuar nas redes sociotécnicas das mídias digitais, alcançando mais pessoas, produzindo mais crenças e gerando “fiéis”, podemos dizer que essa cultura da pós-verdade se vincula ao fenômeno das Fake News, as quais caracterizam-se pela busca do consumo de informações sem comprometimento com o mundo dos fatos. Neste ponto, seria interessante lembrar o que se entende por fato. Fato, neste trabalho, está sendo entendido como aquilo que, em termos de fenomenologia peirceana, constitui a categoria da secundidade, isto é, da relação dual, da experiência de alteridade ou da dimensão existencial. Para Peirce, “existência é aquele modo de ser que reside na oposição a outro”²¹ (CP 1.457). Assim, por fato, entendemos algum evento, determinado no tempo e espaço, que irrompe como acontecimento singular e que, como lembra Santaella (2021, p. 31), podem passar à condição de acontecimento noticiado se forem registrados de algum modo.

Na medida mesma em que são registrados, adentrando no universo da memória da cultura, os fatos registrados tentam superar sua finitude no aqui e agora, não mais deixando de existir, mas ganhando, agora, um outro tipo de existência, existência esta no universo semiótico das representações dos eventos e das narrativas em disputa. A condição social em que estamos, na medida em que nos encontramos imersos neste universo semiótico das disputas de narrativas e das

²¹ No original, lê-se: “Existence is that mode of being which lies in opposition to another”.

passionalidades que se fecham à externalidade da própria factualidade é o que se entende por pós-verdade.

Desse modo, quando McIntyre (2018) associa a noção de pós-verdade com o ano de 2016, isto se deve ao polêmico contexto político daquele ano do Brexit e das eleições de Trump. Na visão do autor, a condição epistêmico-política de 2016 é capaz de expressar a pós-verdade materializada na atitude política de Trump, que chegou a afirmar, sem qualquer evidência, que caso ele perdesse a eleição, o motivo seria que a votação havia sido manipulada contra ele. A questão de McIntyre para falar da pós-verdade como condição social, pode ser expressa na pergunta: será que, neste contexto, os fatos e a verdade ainda importariam?

Para McIntyre (2018, p. XIV), vivemos um momento histórico em que os sentimentos e as suposições importam mais do que os fatos na constituição de crenças. Porém, o tema das crenças é complexo e se articulam com a semiótica na medida em que na origem de nossas ideias, valores e visões de mundo estão os signos e as mensagens que habitam nosso mundo social, motivo pelo qual a semiótica pode ser entendida tanto como uma teoria dos signos e das linguagens quanto como uma filosofia da mente e dos processos pelos quais obtemos crenças. Partindo de tal entendimento de semiótica amparado na vinculação signo-pensamento, nossa proposta no presente texto, é estabelecer como recorte teórico uma ênfase na parte mais próxima à filosofia da mente da semiótica, e, para isso, buscamos relacionar as contribuições do texto “A fixação das crenças”, de Charles Peirce (1877), e “As raízes dos vieses cognitivos”, de Lee McIntyre.

Os vieses cognitivos são responsáveis por explicar a tendência da mente humana de discernir o certo e o errado com base em inclinações da mente, pautadas na percepção da mente sobre um aspecto da realidade, ou seja, uma tendência a estabelecer crenças e visões de mundo desconectada do mundo dos fatos em sua secundidade – seria como uma tendência da mente a buscar as crenças com base nos hábitos já arraigados na própria mente, e não com base a um exame frio da realidade, daí o nome vieses, que expressam tendências enviesadas da ação mental. A relevância dessa discussão para a cultura e para a comunicação na era da pós-verdade se dá quando se percebe que esses vieses cognitivos parecem ser explorados por instituições e indivíduos para produzir significados de forma manipulada, com o objetivo de conduzir a opinião e crença pública sobre determinado fato.

Para exemplificar isso, basta lembrar que tivemos em 2021 uma grande disputa de narrativas manifestas pelas fake news que expressavam o intuito evidente de desacreditar a ciência com o intuito, menos evidente, de promover uma “volta à normalidade” da população, capaz de contornar as recomendações de distanciamento social por conta da pandemia do Covid-19 e, talvez, beneficiar com esse retorno às atividades presenciais algum grupo social específico, mesmo que à custa de muitas vidas.

VIESES COGNITIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES

Para estudar semioticamente as produções de significados e efeitos de sentido geradores de crenças na era da pós-verdade, propomos aqui acompanhar a exposição feita por McIntyre sobre o modo como os vieses cognitivos atuam na formação de crenças de acordo com o âmbito psicológico. Aliar psicologia experimental com semiótica, neste sentido, pode ajudar a formar um entendimento interessante sobre como seres humanos absorvem informação e convertem sua materialidade em conteúdo de crenças. De acordo com McIntyre, possuímos 3 aspectos que caracterizam os vieses cognitivos: dissonância cognitiva, conformidade social e o viés de confirmação.

No terceiro capítulo de seu livro, McIntyre (2018) explica a psique humana é “programada para evitar desconfortos psicológicos”, uma espécie de defesa ao nosso próprio ego para aplacar a o incômodo da dúvida (PEIRCE, 1993[1877], p. 77). Isto se dá porque, por um lado, “não somos tão racionais quanto pensamos ser” (MCINTYRE, 2018, p. 35) e, por outro, porque tendemos a reagir ao inesperado e ao desconcertante simplesmente “freando” a quantidade de informação nova e “apegando-se à nossa bagagem mental já consolidada. Logo, é muito mais fácil acreditar que somos inteligentes, capazes de identificar as fake news do que duvidar de nossa própria capacidade de estabelecer juízo ou checar a veracidade de toda informação que nos chega, e, nessa lógica, estamos blindados. No entanto, a experiência tem mostrado ser muito mais fácil do que imaginamos compartilhar e absorver uma notícia falsa. Uma das características mais próprias desse enviesamento mental é o que a psicologia chama de dissonância cognitiva. Dissonância cognitiva é um estado mental que acontece quando estamos diante de uma informação surpreendente, capaz de exercer uma quebra de expectativa de uma

crença sobre como deveriam ser os fatos, mas que não foi confirmada pela experiência. O que a psicologia descobriu, já em meados dos anos 1950, foi que tendemos a completar as lacunas entre expectativas e experiência de formas bastante irracionais, muitas vezes fazendo apelos à emoção.

Um exemplo emblemático do livro “Post Truth” (MCINTYRE, 2018) é sobre o líder de um grupo autodenominado “The Seekers”, que afirmava ser capaz de se comunicar com vidas extraterrestres, e que estes estariam vindo à Terra para resgatá-los antes do apocalipse, que iria ocorrer no ano de 1954. Entretanto, como pode-se imaginar, não houve apocalipse na Terra, muito menos alienígenas fazendo esse resgate. Após o fiasco das previsões, seria natural imaginar que esse grupo se desfizesse logo após, correto? Errado. Para contornar a situação, o líder do grupo afirmou que a fé deles havia sido tamanha, que os extraterrestres decidiram salvar o planeta inteiro de seu apocalipse. Esse exemplo evidencia como o ser humano foge da “realidade” e do fato quando estes contrariam algo que, na sua visão, é real, porém na realidade experienciada publicamente não é. A dissonância cognitiva se caracteriza por essa busca por uma nova explicação capaz de credibilizar seus devaneios, mesmo que os malabarismos mentais a serem feitos sejam os mais desafiadores.

Outro viés interessante apresentado no texto de McIntyre, refere-se a uma descoberta feita em 1955 pelo psicólogo Solomon Asch, que descreveu o viés da pressão social em nossas crenças. Por conta de uma necessidade de inserção social, mesmo que uma inserção em alguma “seita”, os sujeitos tendem a deixar de crer no que se crê ou a passar a crer no que não se crê pela influência exercida pelo próprio meio social no qual este sujeito está inserido (ou está se inserindo). Isto é, quanto mais pessoas de nosso grupo creem em algo, mais real aquilo se torna para nós. É como se não existisse uma crença sem o grupo que a dê valor ou a dissemine como uma realidade evidente.

[...] Resumindo, a pressão do grupo funciona. Assim como buscamos ter harmonia dentro de nossas próprias crenças, também buscamos harmonia com as crenças das pessoas ao nosso redor. Em seu experimento, Asch reuniu de sete a nove sujeitos, todos menos um eram “confederados” (ou seja, eles estavam “envolvidos” no engano que ocorreria no experimento). Aquele que não estava “envolvido” era o único sujeito experimental, sempre colocado na última cadeira da mesa. O experimento envolveu mostrar aos sujeitos um cartão com uma linha, depois outro cartão com três linhas, um dos quais era idêntico em comprimento ao do outro cartão. As outras duas linhas no segundo cartão eram “substancialmente diferentes” em comprimento.

O experimentador percorreu o grupo e pediu a cada sujeito que relatasse em voz alta quais das três linhas do segundo cartão eram iguais em comprimento à linha do primeiro cartão. Para os primeiros testes, os confederados relataram com precisão e o sujeito experimental, é claro, concordou com eles. Mas então as coisas ficaram interessantes. Os confederados começaram a relatar unanimemente que uma das escolhas obviamente falsas era de fato igual ao comprimento da linha do primeiro cartão. Quando a questão chegou ao sujeito experimental, havia uma tensão psíquica óbvia. Ele é colocado em uma posição em que, enquanto está realmente dando as respostas corretas, ele se encontra inesperadamente em uma minoria de um, contra uma maioria unânime e arbitrária em relação a um fato claro e simples. Sobre ele trouxemos duas forças opostas: a evidência de seus sentidos e a opinião unânime de um grupo de seus pares.
(MCINTYRE, 2018, p. 39-40)²²

Portanto, há um aspecto referente à conformidade social em nossas crenças: podemos descontar evidências que nos parecem gritantes, caso não estejam em harmonia com quem está à nossa volta (por conta da “pressão dos colegas”). Assim, a necessidade de uma “aprovação” pelo grupo interfere na crença do indivíduo, tal como efeito manada, em que seguimos a posição do grupo em boa parte das situações. Seria necessário bastante autocontrole e discernimento para que um indivíduo siga suas próprias crenças e mantenha-se guiado por sua própria bússola moral.

Diante do exposto até aqui, percebemos que enquanto a dissonância cognitiva está relacionada ao desconforto emocional causado por uma quebra de expectativas capaz de abalar opiniões, comportamentos, crenças impulsionando a mente a buscar uma nova sintonia com a base mental estabelecida, a conformidade social é pautada pela relativização de regras inferenciais a partir de motivações sociais. O terceiro viés apresentado por McIntyre é o viés da confirmação que se baseia no direcionamento da nossa atenção aos caminhos que confirmem nossas crenças ou hipóteses.

²² No original: In short, peer pressure works. Just as we seek to have harmony within our own beliefs, we also seek harmony with the beliefs of those around us. In his experiment, Asch assembled seven to nine subjects, all of whom but one were “confederates” (i.e., they were “in on” the deception that would occur in the experiment). The one who was not “in on it” was the sole experimental subject, who was always placed at the last seat at the table. The experiment involved showing the subjects a card with a line on it, then another card with three lines on it, one of which was identical in length to the one on the other card.

The other two lines on the second card were “substantially different” in length. The experimenter then went around the group and asked each subject to report aloud which of the three lines on the second card were equal in length to the line on the first card. For the first few trials, the confederates reported accurately and the experimental subject of course agreed with them. But then things got interesting. The confederates began to unanimously report that one of the obviously false choices was in fact equal to the length of the line on the first card. By the time the question came to the experimental subject, there was obvious psychic tension.

O viés da confirmação foi estabelecido em 1960 pelo experimento de Peter Wason, que concluiu que tendemos a testar apenas a resposta que julgamos correta, o que no experimento se mostrou sempre pouco pragmático. Analisando o legado da psicologia experimental desde 1960, podemos perceber que nosso cérebro, com o objetivo de fugir dos desconfortos da desorientação pode alterar memórias, informações, nos induzindo a tornar nosso sistema de crenças mais confortável. Então, por exemplo, as necessidades psicológicas apresentadas pela dissonância cognitiva e pelo viés da confirmação podem ser “manipuladas” de forma inconsciente para apresentar um fato da maneira mais propícia para a manutenção de nossas crenças. Por isso, os vieses da confirmação e da dissonância operam no que McIntyre chama de raciocínio motivado.

O raciocínio motivado é a ideia de que o que esperamos ser verdade pode colorir nossa percepção do que realmente é verdade. Frequentemente raciocinamos dentro de um contexto emocional. Este é, sem dúvida, o mecanismo por trás das ideias de redução de dissonância e viés da confirmação, e é fácil ver por quê. Quando sentimos desconforto psíquico, somos motivados a encontrar uma maneira não ameaçadora do ego de reduzi-lo, o que pode levar à tendência irracional de acomodar nossas crenças aos nossos sentimentos, ao invés do contrário. (MCINTYRE, 2018, p. 45)²³

Um exemplo bom de raciocínio motivado é o da discussão entre torcedores de diferentes times de futebol sobre um jogo que teve lances polêmicos. Muitas vezes, no debate são colocadas frases críticas quanto à arbitragem na forma “O juiz roubou para o time A”, sendo que o enunciador torce para o time B. Porém, quando acontece um lance bastante parecido, que favorece o time B, talvez em outro jogo, o mesmo enunciador não reconhece isso e busca justificativas, a maioria das quais não convincentes quanto ao “favorecimento” por parte do juiz de uma situação e o não favorecimento na situação contrária.

O raciocínio motivado tal como McIntyre descreve parece se aproximar ao que nos leva a ser “animais lógicos imperfeitos” (PEIRCE, 1993, p. 74), já que a conexão psicológica da formação de pensamento a partir do desconforto, tende a não ser tão lógico ou racional como gostaríamos. Esse desconforto da dúvida, por exemplo, pode

²³ No original: “Motivated reasoning is the idea that what we hope to be true may color our perception of what actually is true. We often reason, that is, within an emotional context. This is arguably the mechanism behind the ideas of dissonance reduction and confirmation bias, and it is easy to see why. When we feel psychic discomfort we are motivated to find a non-ego-threatening way to reduce it, which can lead to the irrational tendency to accommodate our beliefs to our feelings, rather than the other way around.”

vir a ser sanado por um processo enviesado, como vimos, o que pode causar uma ocultação dos fatos, ou seja, transformam a informação disponível a partir da parte que mais interessa ao indivíduo e que acaba por “salvar” na memória uma crença interessada.

COMO A CRENÇA É FIXADA

Em um texto de 1877, chamado *A fixação das crenças* (PEIRCE, 1993) Pierce aborda justamente os modos pelos quais a mente pode sair do estado de dúvida para a crença, e o faz dentro de um espírito lógico-pragmático que ali está começando a surgir na filosofia de Peirce. Não que a mente humana seja uma mente logicamente constituída, ao contrário, o próprio Peirce deixa claro no início do texto que a passionalidade (a esperança, a confiança etc.) constitui nossa atividade mental tanto quanto ou mais que o raciocínio lógico. A questão, então, consiste em saber como é possível avaliar melhores ou piores métodos de se estabelecer crenças (utilizando a lógica como critério), sabendo que a mente humana não é lógica, mas que age, em muitas situações, de modo enviesado.

Como vimos, é comum que a mente tente sair do estado mental da dúvida ou da dissonância cognitiva por meios não muito racionais. Só que enquanto em termos psicológicos seria legítimo perguntar algo como “como a passionalidade age na produção de crenças?” em termos de filosofia do conhecimento podemos nos perguntar algo “como estudar diferentes modos de se produzir crenças?”. Para investigar esse tipo de questão, Peirce elenca 4 métodos para a produzir crenças: científico (aquele que se baseia no exame coletivo e no diálogo com a externalidade); autoridade (também coletivo, mas pautado em um líder que possua poder em seu discurso frente algum grupo); tenacidade (voltado às certezas do eu, em que tudo o que for de encontro à crença deste eu será passível de rejeição); a priori (duvidar da autoridade, das minhas convicções, dos líderes, e de tudo, basicamente um método que questiona tudo, mas que busca as respostas no próprio indivíduo).

Esses métodos possuem seus pontos a serem analisados, por exemplo, o método da tenacidade forja uma proteção, uma bolha de certezas, a partir da qual o indivíduo evita as dúvidas a qualquer custo, teimando em manter sua crença mesmo quando a experiência a contraria ou quando se torna evidente para ele próprio que sua crença não é plausível. O problema deste modo de estabelecer crenças é que

muitas vezes a mera existência do indivíduo em um grupo com outros indivíduos já é capaz de gerar atritos suficientes para por à prova suas convicções.

[...] esse método de fixar a crença – que pode ser chamado método da tenacidade – será incapaz de sustentar-se na prática. A corrente social lhe é contrária. O homem que o acolhe verificará que outros homens pensam de maneira diferente e poderá ocorrer-lhe, em momento de maior lucidez, que outras opiniões são tão boas quanto as suas e isso abalará a confiança na crença que tem. (PEIRCE, 1993, p. 80) O método de autoridade é aquele em que é institucionalizada a verdade por meio das doutrinas que devem ser “seguidas”, “ensinadas, advogadas ou proclamadas” (PEIRCE, 1993, p. 80) em toda a parte. Neste método, a pressão social é máxima e o estabelecimento das crenças deve se dar na perspectiva do domínio coletivo por um líder, dominando a massa, é como um estado de controle. Tal método ainda guarda alguma semelhança com o método da tenacidade, na medida em que ainda que a corrente social daquele grupo apoie um sistema de crenças específico, os demais sistemas sociais lhe farão o mesmo papel de alteridade colocando em questão o sistema vigente de crenças.

[...] mesmo nos Estados de maior domínio clerical, surgem indivíduos que ultrapassam aquela condição. Tais indivíduos dotados de uma espécie mais aguçada de sentimento social, percebem que, em outras regiões e outras idades, os homens cultivaram doutrinas muito diversas daquelas que eles foram ensinados a professar; e não podem deixar de reconhecer que só o mero acidente [...] os levou a acreditarem no que acreditam e não em algo muito diverso. E nem a própria simplicidade resistirá à reflexão de que não há motivo para emprestar valor maior às próprias maneiras de ver do que às de outros povos e de outros séculos; e, desse modo, a dúvida surge nos espíritos. (PEIRCE, 1993, p. 82) O método *a priori* tira o sujeito das amarras dos dogmas que pretendem determinar suas crenças, de modo que ele próprio pode chegar a suas conclusões por si, utilizando seu intelecto, sendo capaz de decidir autonomamente em quais ideias quer basear sua crença. O problema deste método diz respeito ao que foi tratado no tópico anterior, a respeito dos vieses cognitivos. Ora, se nossa mente fosse tão racional quanto gostaríamos que fosse, talvez o método *a priori* bastasse, mas como vimos, há muitos vieses no modo como estabelecemos crenças, motivo pelo qual não parece prudente confiar na capacidade de um sujeito estabelecer por si só as convicções que serão capazes de aplacar a dúvida ou a dissonância cognitiva que o toma.

[...] Estudamos o método *a priori* como algo que prometia libertar nossas opiniões de seus elementos acidentais e caprichosos. Contudo, o método do desenvolvimento, embora seja processo que elimina o efeito de algumas circunstâncias casuais, só multiplica o efeito de outras. (PEIRCE, 1993, p. 84)

O conhecimento dos vieses cognitivos não nos autoriza a creditar ao indivíduo a capacidade de avaliar por si se sua crença tem algum fundamento ou não, o que invalida o método *a priori*.

Por fim, temos o método da ciência (que o Peirce maduro irá chamar de pragmatismo), o qual consegue gerar um embate de crenças na esfera pública, tendo em vista chegar a uma conclusão que tenha resistido ao teste da externalidade. Esse método não pode ser aplicado por um indivíduo isolado, pois a ele faltará justamente a capacidade de julgar de fora, que só outro sujeito pode ter. Este caráter intersubjetivo do método é o que o distingue dos demais e o que Peirce imagina ser capaz de superar, no decorrer do tempo, os limites dos vieses cognitivos.

Para aplacar nossa dúvida, faz-se necessário, por conseguinte, que se encontre método por força do qual nossas crenças passem a ser determinadas não por algo [de um sujeito] humano, mas por algo externo e estável – por algo sobre que nossa reflexão [individual] não tenha efeito. [...] O algo externo e estável a que nos referimos não seria externo no sentido indicado, caso sua influência atingisse um único indivíduo (PEIRCE, 1993, p. 84)

A tipologia dos métodos de fazer crer (tenacidade, autoridade, *a priori* e ciência) parece complementar a tipologia dos vieses cognitivos (dissonância cognitiva, conformidade social e viés da confirmação), na medida em que enquanto os estudos dos fatores psicológicos dos vieses cognitivos atenta para os mecanismos (inerentes a uma mente) não racionais de fazer crer, o estudo dos métodos de fazer crer atenta para as diferenças (filosóficas) de eficácia de se adotar um método ou outro como prática de vida. Talvez, não sejamos capazes de superar a condição mental dos vieses, mas certamente somos capazes de escolher um método para resolver as questões que nos chegam.

A conclusão de Peirce, ao final da sua reflexão sobre os métodos de fixar crenças, é que “mais saudável do que qualquer crença particular é a integralidade da crença” (PEIRCE, 1993, p. 88). Desse modo, a questão que norteia o desenvolvimento da semiótica e do pragmatismo de Peirce não é exatamente estabelecer crenças corretas ou verdadeiras, mas sim buscar meios para se avaliar modos de estabelecer crenças, sabendo que, imersos no social como estamos, nossas crenças são mediadas por signos e nossas mentes possuem características conhecidas de enviesamento.

Relacionando essa geração de dúvidas e a fixação das crenças à pós-verdade, é possível entender como essa necessidade de validar nossas próprias opiniões com base em nosso juízo autônomo (tal como o propõe o método *a priori*) é perigosa para a disseminação de informação falsa e/ou politicamente orientada. As fake news se

tornaram bastante populares e, nesse contexto, vivemos uma situação delicada em que é necessário buscar critérios para avaliar não apenas a informação que nos chega antes de compartilhá-la, mas também buscar critérios para avaliar os próprios modos pelos quais uma crença pode vir a se mostrar problemática ao longo do tempo, pois até mesmo os mais “confiáveis” vetores informativos podem vir a cair na armadilha das notícias falsas ou mesmo serem cooptados pelas engrenagens da desinformação.

O QUE VEM APÓS A PÓS-VERDADE?

Em estudos da cultura e da comunicação, é comum vermos a semiótica como metodologia de análise de signos, textos, mensagens e discursos que veiculam pensamentos e interesses na esfera social. No presente trabalho, no entanto, destacou-se não tanto a materialização de pensamentos em signos, mas sim nos modos como pensamentos, sempre articulados por meio de signos, produzem crenças. No entanto, a articulação de pensamentos-signos em crenças não é tão simples, pois, como vimos, nem as ações mentais se restringem ao campo da razão, nem os métodos de sanar dúvidas se restringem ao campo da autocorreção. Por um lado, a própria atividade mental enseja vieses de diferentes tipos, dos quais exploramos três: dissonância cognitiva, conformidade social e viés da confirmação.

Por outro lado, a análise dos diferentes caminhos pelos quais passamos de dúvidas para crenças evidenciou que há fortes tendências (psicológicas e sociais) a estabelecermos crenças infundadas. Vimos também três métodos de fixar crenças a serem criticados (método da tenacidade, da autoridade e *a priori*) e um método que parece mais confiável, porque público, comunitário e dialógico com a externalidade (o método chamado por Peirce de científico). Diante dessas ideias, seria lícito perguntar sobre a articulação entre os vieses cognitivos, a fixação de crenças e a cultura contemporânea das mediações digitais. Sem a pretensão de esgotar o tema, nossa reflexão neste artigo apresentou as problemáticas dos vieses e dos métodos, de modo a tornar possível admitir problemas no método *a priori*, já que o mesmo apresenta o problema grave de confiar demais no juízo do indivíduo, que, como a reflexão sobre os vieses cognitivos mostrou, não é capaz de estabelecer uma autocrítica confiável como parece ser a pretensão do método *a priori*. Essa tese, no entanto, não aponta para uma volta aos métodos da tenacidade ou da autoridade, apesar de estes serem bastante atuais na cultura do ódio. Fica então a questão sobre a validade do método

científico, que este trabalho deixa em aberto. Aproveitemos para fazer algumas considerações sobre a cultura contemporânea e a pós-verdade.

A partir do estudo aqui realizado, é possível perceber os impactos de características mentais nos dilemas de disputa de crenças e opiniões na era da pós-verdade. As formas de disseminar informações a partir da internet trazem novos questionamentos, tais quais: como confiar em uma notícia vinda da internet? Como confiar no conteúdo, tendo em vista a facilidade encontrada para manipular imagens, textos e disseminar isso como algo real? Como confiar que minha própria interpretação dos eventos não está ela mesma enviesada?

Além disso, há uma inevitável associação da veracidade da informação com quem a veicula, ou seja, se alguém considerado “confiável” divulga um fato, há a tendência em confiar nessa figura e no seu relato, na sua mensagem ou no seu discurso. Entretanto, a pós-verdade se caracteriza por sua dimensão política. Quando isso é associado ao lucro de jornais, programas de televisão, meios midiáticos em geral, aparentemente o comprometimento com a verdade é esquecido, ou melhor, comprado no mercado dos interesses.

É compreensível que as fake news são um problema, principalmente quando se relativiza a falta de compromisso com a veracidade, pesquisa e o descrédito à ciência, como percebemos a partir dos exemplos negacionistas de todo o tipo.

Fixar crenças vai além de cultos, ou qualquer coisa associada ao âmbito da fé, mas assume o surgimento de um culto à determinada informação. Utilizemos o exemplo prévio do culto aos alienígenas, cujo propósito era salvar o grupo da destruição do planeta Terra, porém, no fim das contas, não haviam extraterrestres, logo a “solução interpretativa” fora que estes haviam salvo o planeta tamanha havia sido a fé daqueles que se convenceram dessa história.

O desconforto psicológico a partir dos fatos é um perigo se não for reconhecido e entendido, pois enquanto houver pessoas capazes de conduzir essas pessoas e reforçar narrativas infundadas, a pós-verdade reinará perante aqueles que a permitirem. Não há como voltar no tempo e “impedir” o advento das notícias falsas, ou da fixação de crenças, até porque esse fenômeno não é recente, mas sim evolui constantemente e cada vez mais ganha espaço.

É necessário reconhecer cada vez mais, que estamos todos sujeitos às Fake News, para não sermos parte do movimento de indivíduos, cuja ignorância é tamanha que os impede de identificar seus próprios vícios cognitivos e o quão são incapazes

quando se trata de determinado assunto. Há essa necessidade em ser especialista em basicamente tudo nos dias atuais, quando na verdade não há problema algum em admitir a falta de conhecimento em determinada área, pois existem pessoas estudando e pesquisando sobre isso e que podem lhe fornecer informação de qualidade sobre esse assunto.

Esse advento e mudanças no jornalismo, como discute MCINTYRE (2018) aponta como a ideologia vem superando a informação. Isso, como já citado, lembra “Ordem do discurso”, de FOUCAULT (2012), que trata de como a disseminação de “mentiras” foi construída e está pautada num certo pódio de poder da fala, do discurso. Afinal, se é tão prejudicial, por que as pessoas insistem em consumir esse conteúdo polarizado? Por que os programas de opinião e que se baseiam não somente na apresentação dos fatos, mas sim na exposição de um julgamento próprio fazem tamanho sucesso? Esses apresentadores ganharam prestígio como jornalistas e, dessa forma, o público segue suas concepções, independente de quão desinformada a pessoa possa ser. Por esse e outros motivos, programas com esse formato possuem tanto sucesso e audiência alta.

Não sabemos ao certo o que vem depois da pós-verdade. No entanto, o que sabemos é que se nossas mentes exibem tendências não racionais no modo de formar opiniões, ao menos podemos buscar ao menos na prática investigativa nos desvencilhar de algumas amarras ou armadilhas bastante exploradas pelas engrenagens da desinformação. Como lembra Santaella (2021, p. 104), “quanto mais as pessoas estiverem enclausuradas na tenacidade e sob o domínio cego da autoridade mais facilmente elas se tornarão iscas fáceis para serem colhidas nas armadilhas das manipulações políticas e na força cegante dos fanatismos”.

REFERÊNCIAS

Endereço Eletrônico

CARVALHO, Daniel. **Em culto, Bolsonaro questiona vacinas contra Covid e desinforma ao dizer que elas são experimentais**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/em-culto-bolsonaro-questionavacinascontra-covid-e-desinforma-ao-dizer-que-elas-sao-experimentais.shtml>. Acesso em 15 de out 2021.

CRUZ, Isabela. **Como Bolsonaro atacou e atrasou a vacinação na pandemia.** Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/21/ComoBolsonaroatacou-e-atrasou-vacina%C3%A7%C3%A3o-na-pandemia>. Acesso em 15 de out 2021.

DOMINGOS, Roney. **É #FAKE que vacina contra Covid-19 tem chip líquido e inteligência artificial para controle populacional.** Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/01/27/e-fake-quevacinacontra-covid-19-tem-chip-liquido-e-inteligencia-artificial-paracontrolepopulacional.ghtml>. Acesso em 15 de out 2021.

FIOCRUZ. **População brasileira desconhece o mundo científico, diz pesquisa.** Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-brasileiradesconhece-mundo-cientifico-diz-pesquisa/>. Acesso em 15 de out 2021.

JESUS, Francisca e NASCIMENTO, Edna. **A filosofia de Charles Sanders Peirce e sua contribuição para a educação do pensamento.** Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA17_ID688_26092019231017.pdf. Acesso em 15 de out 2021.

ROLLINGSTONES. **Bolsonaro volta a descredibilizar Coronavac: 'Não posso tomar essa vacina de São Paulo'.** Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/politica/bolsonaro-volta-descredibilizar-coronavacnaoposso-tomar-essa-vacina-de-sao-paulo/>. Acesso em 15 de out 2021.

SIGNIFICADOS. **Significado de Pós-verdade.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/pos-verdade/>. Acesso em 15 de out 2021.

VIEIRA, Agostinho. **Governo propõe novos cortes na pesquisa científica do país.** Disponível em: <http://www.abc.org.br/2021/02/05/governopropoe-novos-cortes-napesquisa-cientifica-do-pais/>. Acesso em 15 de out 2021.

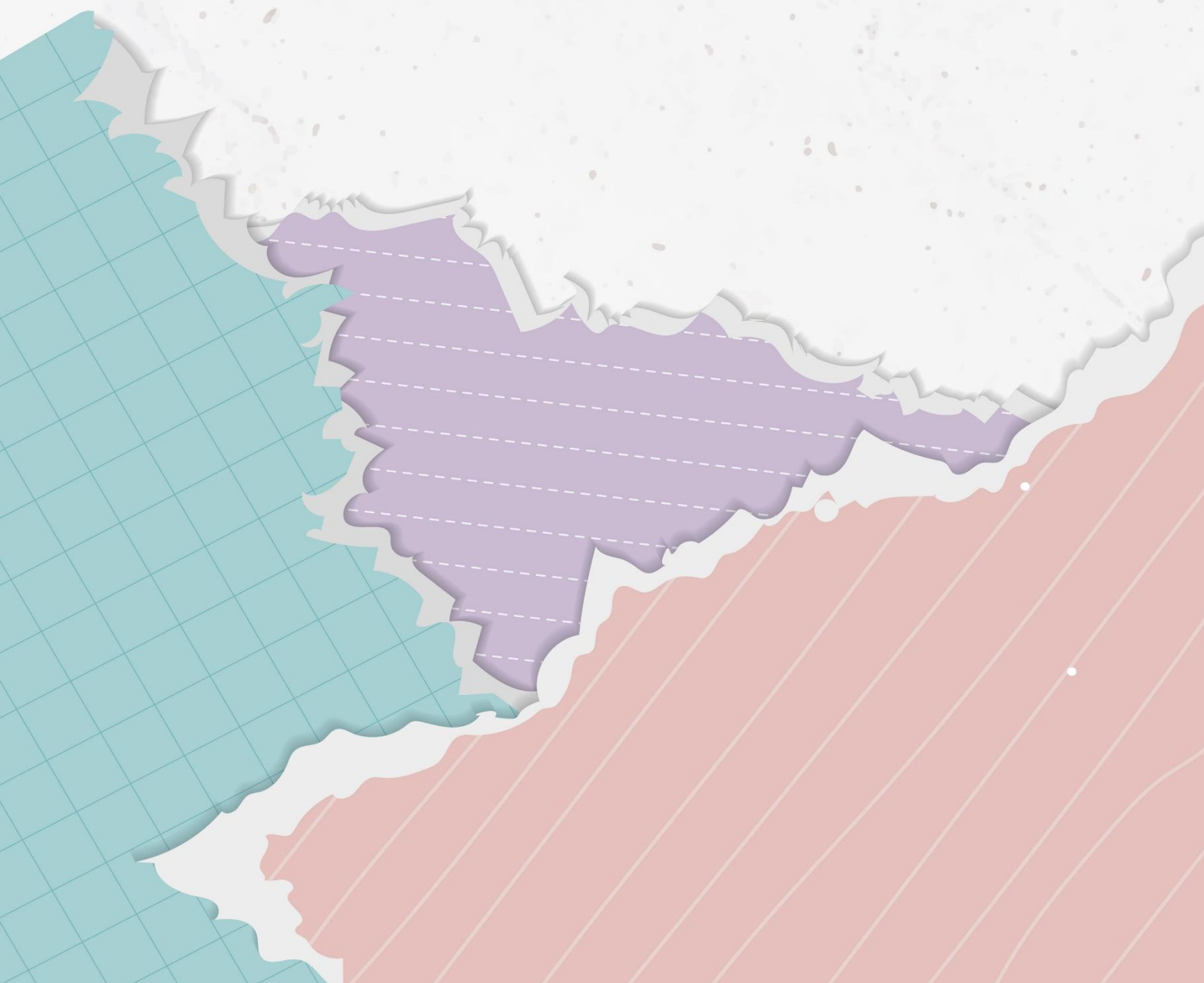
Capítulo de Livro:

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France.** Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MCINTYRE, Lee. **Post-Truth.** The MIT Press. 2018.

PEIRCE, Charles. **A fixação das crenças.** In: Semiótica e filosofia. São Paulo: Cultrix, 1993. _____. **A fixação das crenças.** Tradutor: Anabela Gradim. PopularScience, Monthly 12 (November 1877), pp. 1-15.

AUTORES



Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues

Professor da Rede Estadual de Ensino Básico do Estado da Bahia. Psicanalista – Escola de Formação: Núcleo de Atendimento Psicológico (NAPSI). Especialista em Ciências da Natureza, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Graduando em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Voluntário de Iniciação Científica na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: rodrigues.a.c90@gmail.com

Alessandro Ferreira da Silva Filho

Graduando do curso de Comunicação Social – Produção em Conhecimento em Cultura, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Juliana Amaral dos Santos

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. MBA em Gestão Pública pelo Instituto a Vez do Mestre / Universidade Cândido Mendes e em Gestão Pública de Cultura pela Universidade Federal de Brasília (2010). Graduada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (2004). É Administradora Cultural da Fundação Nacional de Artes (vínculo institucional) e atualmente ocupa o cargo de Coordenadora de Dança da Fundação. Ocupou o cargo de Coordenadora de Música na Universidade Federal Fluminense (2017 a 2021). Área de pesquisa: Gestão Pública de Cultura.

Leonardo Augusto de Jesus

Cenógrafo, figurinista e artista do carnaval. Mestre em Historia del Drama – UAH; Doutorando em Artes Visuais – UFRJ; Pesquisador Organizador do Núcleo de Estudos de Carnavais e Festas – NesCaFe.

Rosana Maria dos Santos

Doutoranda em história; mestra em história pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2016); especialização em história do Nordeste do Brasil pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2012) e especialização em turismo e patrimônio pela Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE (2011); graduada em história (licenciatura) pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2012);

graduada em história (bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2014) e graduada em gestão de turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE (2009). Têm experiências nas áreas de história, políticas públicas culturais e educacionais, história do Nordeste do Brasil, patrimônios materiais e imateriais e estudos culturais.

Rosemary Lapa de Oliveira

Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) nos cursos de Pedagogia e de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). Pós-doutora em Contação de Histórias e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). E-mail: rloliveira@uneb.br

Tarcísio de Sá Cardoso

Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação da UFBA.

ISBN 978-655492010-0



9 786554 920100



Editora
UNIESMERO

